

“Nunca cruzaremos este rio” – A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a “sociologia militante”, e o ocaso da reforma agrária no Brasil.¹

Zander Navarro²

“Como falta tempo para pensar e tranqüilidade no pensar, as pessoas não mais ponderam as opiniões divergentes: contentam-se em odiá-las. Com o enorme aceleração da vida, o espírito e o olhar se acostumam a ver e julgar parcial ou erradamente, e cada qual semelha o viajante que conhece terras e povos pela janela do trem” (Nietzsche, 1878)

"Nossa época é propriamente a época da crítica, à qual tudo deve submeter-se. A religião, através da sua santidade, e a legislação, através da sua majestade, querem em comum subtrair-se a ela. Mas então suscitam uma justa suspeição contra si, e não podem aspirar ao respeito sincero que a razão só concede àquilo que consegue suportar a sua investigação livre e pública". (Kant, 1781)

RESUMO

O artigo é dedicado a quatro objetivos principais. Primeiramente, problematiza criticamente a visão dominante do marxismo sobre a “questão agrária”, insistindo na inexistência, de fato, de tal discussão na obra de Marx. Como segundo objetivo, o texto acentua a presença de uma “Sociologia militante” que influencia parcela expressiva das Ciências Sociais dedicadas aos processos sociais rurais e esta interferência é criticada pelo autor. Para demonstrar esta distorção, o autor, como terceiro objetivo, discute os aspectos mais relevantes em torno do tema da reforma agrária e do ator social mais visível a ela ligado, o MST. Finalmente, o último e quarto objetivo é fundamentar a discussão dos três primeiros objetivos se valendo da extensa obra de José de Souza Martins, apontado como um dos principais cientistas sociais no Brasil.

Palavras-chave: sociologia militante; reforma agrária; marxismo no Brasil.

¹ Artigo apresentado no **XXXII Encontro Anual da ANPOCS 2008** (GT 35: “Ruralidade, território e meio ambiente).

² Professor associado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS e pesquisador visitante no “Institute of Development Studies” (IDS), na Inglaterra.

INTRODUÇÃO³

Este artigo talvez exija a explicitação de seus prolegômenos mais recônditos, para além de seu foco principal, os quais esclareçam a sua razão maior. Foi escrito, sobretudo, como um “comentário-testemunho” e, menos, sob o formato dos artigos acadêmicos convencionais. Trata-se de um comentário porque se distancia, ainda que apenas sob certo escopo, do padrão encontrado nos ambientes universitários, embora se conformando aos principais procedimentos canônicos. É, primordialmente, um *texto de combate*, revelando assumida impaciência com o estado da arte inspirado pelas Ciências Sociais dedicadas à interpretação dos processos sociais rurais no Brasil. É igualmente um testemunho, porque o autor tem sido protagonista e observador há tempo longo o suficiente para poder verificar retrospectivamente o moroso (e tortuoso) caminhar desta Sociologia que chamávamos no passado de “tópica”, quando ainda se imaginava que aquelas segmentações disciplinares eram ontologicamente possíveis.⁴ O passamento dos anos, a convivência com os autores, a aspereza dos debates, a experiência com o “mundo real” dos agentes sociais, os fatos não escritos (mas sabidos), todas essas disposições do campo acadêmico talvez permitam, ao fim e ao cabo, gradual e melhor aferição comparativa.⁵ Sob tal olhar que perscruta o horizonte do acervo consolidado das “Ciências Sociais sobre o rural”, parece inescapável uma avaliação cáustica sobre os resultados até aqui alcançados.

Assim posta, a afirmação é pretensiosa e, especialmente, injusta. Há contribuições exemplares e inovadoras, que permitiram melhor entender os processos sociais rurais. Algumas serão citadas neste texto. É enorme, no entanto, o risco de um comentário mais longo, indicando particularidades, mas não posso deixar de citar que algumas contribuições foram marcantes em nossa história acadêmica recente sob diferentes circunstâncias. Desde autores que vem exercendo influência mais abrangente há longo tempo (como Maria Nazareth Baudel Wanderley), formando novos pesquisadores e instigando sempre a excelência analítica, àqueles que seguem trajetórias semelhantes, mas são também lembrados por um destacado livro-referência, como *O Sul: caminho do roçado*, de Afrânio Garcia (Marco Zero, 1990), ou *História dos movimentos sociais no campo*, de Leonilde Medeiros (FASE,

³ Sou grato aos professores Ana Lúcia Valente (UnB) e Arilson Favareto (USP) pelo convite para apresentar este texto na presente reunião da ANPOCS, após a seleção inicial das propostas submetidas. Representa elogiável predisposição para o debate aberto e sem peias, o que tem sido relativamente raro nos anos mais recentes. Agradeço também os relevantes comentários de três colegas que analisaram a versão inicial do trabalho. Em respeito à estima e admiração que mantenho por esses colegas, deveria citar seus nomes, mas não o farei, por razões que se tornarão auto-evidentes para aqueles que lerem o documento até o seu final. Todas as opiniões aqui contidas, como recomenda a praxe, são de inteira responsabilidade do autor. Sou igualmente grato ao Professor Mário Riedl (UFRGS e UNISC) pelo estímulo e apoio recebidos, visando à publicação do texto.

⁴ Para uma discussão crítica sobre as antinomias entre a Sociologia Rural de tradição norte-americana e representativa de uma visão tópica dos processos sociais rurais, quando confrontada com outros paradigmas, ver Martins (1981a).

⁵ Este artigo recorre com frequência às notas de rodapé, algumas longas, tornando-o, pelo aspecto de sua forma, um tanto cansativo. Espero que não o seja pelo seu conteúdo, mas alerta que meus argumentos, especialmente nas seções iniciais, supõem algum conhecimento da história do pensamento social marxista.

1989) ou *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, de Ricardo Abramovay (Hucitec, 1992). Outros, ainda, por manterem amplo, consistente e influente conjunto de publicações, como José de Souza Martins e José Eli da Veiga. Há, também, autores que seguem perspectivas teóricas que discordo em parte (por sua ortodoxia), mas são notáveis sob outros aspectos de suas histórias acadêmicas, como as cuidadosas pesquisas de Maria Aparecida Moraes sobre os trabalhadores da cana, demonstrativas de uma Sociologia capaz de ser rigorosamente analítica, mas igualmente marcada por profundo senso de compaixão e humanidade, assim como a intensa atividade acadêmica de José Graziano da Silva na Unicamp, durante anos formando uma geração de economistas que esmiuçaram o mundo rural brasileiro.⁶ Mas o saldo geral, sem dúvida, é negativo, se comparados os recursos humanos envolvidos, o custo do aperfeiçoamento traduzido em cursos de pós-graduação, os gastos com pesquisa, e os resultados obtidos. Como não tenho dúvidas sobre esta deficitária relação, não há arrogância na frase, mas a verificação de uma realidade. É preciso maiores esforços e, especialmente, postura mais aberta à pluralidade da teoria social. No Brasil, o adensamento da pobreza analítica de uma Sociologia dedicada aos processos sociais rurais, estranhamente, correlaciona-se com o aumento de especialistas doutorados no mesmo período, um inesperado fenômeno que exige uma "Sociologia da Sociologia" para ser interpretado corretamente. Adicionalmente, em face da forte predominância neste campo disciplinar de uma tradição teórica que nos remete a Marx, o presente texto, esclareça-se, se limitará a comentar exclusivamente por dentro das fronteiras deste paradigma.

Mas o artigo não se apresenta, sequer remotamente, como um "acerto de contas", pois os fatos não requerem esta tarefa, e o autor não tem motivações próprias para tal encaminhamento. Menos ainda, não se propõe como a expressão de uma análise exaustiva sobre o legado da Sociologia que analisou os processos agrários no Brasil. Este balanço ainda está por ser feito e sua inexistência, de fato, é sintoma revelador dos efeitos deletérios de nossas práticas acadêmicas: (praticamente) não debatemos e nem analisamos, como comunidade científica, o que produzimos e, sem um olhar crítico necessário sobre o que fizemos, seguimos adiante, como se o passado nada nos revelasse. Nossos eventos acadêmicos caracterizam-se, quase sempre, pela reiteração monocórdia do jargão tornado obrigatório em dada conjuntura e repetido acriticamente: de agricultores de baixa renda a desenvolvimento sustentável; de agricultura familiar a desenvolvimento territorial; do capital social ao "empoderamento"; da agroecologia à multifuncionalidade; de assentamentos rurais à segurança alimentar, entre tantos outros termos e expressões introduzidos a cada ciclo novo que o modismo de ocasião impõe, invariavelmente reverenciados por muitos, magicamente, para explicar a realidade social. É um pensamento mágico exatamente porque são noções quase

⁶ Há uma renovação em curso entre os quadros de pesquisadores e, igualmente correndo o risco de alguma omissão importante, cito o trabalho de Arilson Favareto (USP), e o seu importante livro sobre desenvolvimento rural (Favareto, 2007) e os árduos esforços acadêmicos de Sérgio Schneider (UFRGS), que vai conseguindo desenvolver uma atividade sólida de publicações, estímulo a pesquisas inovadoras e a formação aperfeiçoada de novos pesquisadores.

sempre usadas não como conceitos, pois esses supõem uma teoria, mas como mera descrição de aparências.

Este artigo seleciona e discute alguns dos ingredientes relacionados à assim chamada “questão agrária” no Brasil, além de problematizar diversos de seus ângulos, inclusive algumas propostas interpretativas. Associado a este objetivo central são discutidos, em especial na parte final, os temas da reforma agrária e uma das organizações políticas a ela relacionada, o MST, pois ambos adentram o campo de combate analítico deste documento.⁷ O MST, como se sabe, não é a maior organização “dos pobres do campo”, mas vem conseguindo, especialmente nos últimos dez anos, apresentar-se como a mais visível politicamente, fruto de engenhosas iniciativas e, em particular, porque conseguiu, como nenhuma outra organização do chamado “campo popular”, articular alianças com outros setores sociais de classe média, os quais servem de caixa de ressonância para as ações do Movimento, além de instituir mecanismos de financiamento de suas atividades que são igualmente, digamos, criativos (embora eticamente controversos).

Para realizar esta leitura crítica, usarei⁸ um artifício de suporte indireto, qual seja, me reportarei continuamente à extensa obra do sociólogo José de Souza Martins, certamente o mais brilhante interpretador dos processos rurais em nosso país, desde sempre.⁹ Arrolando os argumentos de Souza Martins, extraídos de partes

⁷ Minhas relações com o MST nasceram antes do nascimento formal da organização, ainda em 1981, quando vivenciei a extraordinária experiência do acampamento de Encruzilhada Natalino. Vejo-me como tendo sido um apoiador (mas não militante) incondicional do Movimento durante os anos oitenta e boa parte da década seguinte, experiência que muito me honra e da qual não me arrependo. Convivendo com os trabalhadores rurais sem-terra e os pequenos produtores e suas famílias pude, sobretudo, aprender a ver com humildade os limites da ciência, pois estamos, cientistas sociais que somos, imensamente distantes de um conhecimento capaz de interpretar os comportamentos sociais. Pude perceber mais claramente, da mesma forma, a grandeza humana das pessoas mais humildes e sofridas, não apenas em sua generosidade (em todos os sentidos), mas em sua sagaz percepção sobre a sociedade brasileira, assim quebrando, em minha mente, com o mito preconceituoso e urbano sobre os pobres do campo. Esta convivência, que reputo como a mais marcante de minha trajetória profissional, em pesquisas realizadas na maior parte dos Estados brasileiros, me obrigou a repensar sobre a arrogância da ciência e suas supostas verdades. Em relação ao MST, a substância central de minha crítica, contudo, foi explicitada em reunião interna, em abril de 1986, centrando-se na escolha, imposta por João Pedro Stédile, de um formato leninista que desfigurou inteiramente, a partir daquele momento, as possibilidades de constituição de uma organização democrática que representasse os setores sociais mais pobres do campo. Tornei públicas minhas críticas, no entanto, apenas em julho de 1997, durante a XXIX reunião da SBPC realizada na PUC, em São Paulo (ver *Folha de São Paulo*, 13 de julho de 1997). Naquela conjuntura, logo depois da “grande marcha de abril”, no mesmo ano, o único momento em que o Governo de Fernando Henrique Cardoso, de fato, foi encurralado por uma organização de base popular, julguei que o MST era suficientemente forte para aceitar uma crítica pública. Desde então, como deveria ser o caso em relação a alguém que tenha arregimentado tanto tempo e dedicação política leal ao Movimento, tenho aguardado a chance de um debate aberto e fraterno, o que o autoritarismo da organização jamais permitiu.

⁸ Como se trata de um “comentário-testemunho”, ao contrário do padrão acadêmico, utilizo com frequência a primeira pessoa em diversas partes deste artigo.

⁹ Considero José de Souza Martins um dos mais importantes cientistas sociais brasileiros de todos os tempos, o que a história consagrará, não tenho dúvidas sobre este reconhecimento. No desconhecimento, às vezes manifesto, de parte das Ciências Sociais brasileiras, Martins tem sido considerado como um “sociólogo rural”, e a amplitude e profundidade de sua vasta obra tem sido minimizada. Não podendo proceder neste espaço à exegese da contribuição do autor, deixo apenas esta referência, ciente de estar realçando um fato apoiado em obra científica elaborada em quarenta anos de labor sociológico ininterrupto, de excelência analítica sem paralelo em nosso país. É autor dotado, contudo, de múltiplas capacidades interpretativas, entre outras habilidades que lamento não ter espaço para introduzir neste artigo. Além da acuidade sociológica, existe

variadas de sua extensa obra, é também uma forma de homenagear este autor, cuja contribuição para a Sociologia brasileira ainda aguarda reconhecimento à altura de sua produção, uma das mais amplas, criativas e significativas já desenvolvidas. Isto não significará, contudo, a exaltação e o aplauso fáceis e gratuitos, pois igualmente citarei partes da obra do autor que julgo insuficientes para a compreensão do desenvolvimento agrário brasileiro e seus processos sociais.

O foco precípua do artigo centra-se na identificação, que acentuo e julgo verdadeira, de um imenso cipoal dogmático que ainda enreda, confunde e captura fortemente os esforços de pesquisa e de interpretação dos cientistas sociais em nosso país que se dedicam a analisar os ambientes agrários. Fruto de militantismo político e da ideologização que pré-determinam até as conclusões de esforços em pesquisa, este enraizamento dogmático *qua* entranhados procedimentos proto-religiosos (equivocadamente apresentados como arcabouços teóricos), muitas vezes de ingenuidade espantosa, certamente nos remete a uma pobre linhagem de pesquisas, cuja ancoragem prende-se à versão hegemônica do marxismo que foi consagrada como doutrina no período pós-Marx, o que selou a tradição desta corrente de pensamento na maior parte do século passado. É o que a literatura usualmente denomina de "marxismo economicista" (ou ortodoxo, convencional, ou reducionista, ou simplesmente vulgar). Trata-se, em analogia com iluminador argumento de Martins (1994), de persistente "poder do atraso", mas não, desta vez, referindo-se ao peso cultural e político da grande propriedade na produção da história e na determinação dos comportamentos sociais no Brasil, como apontou aquele autor, e sim como um fardo teórico, isto é, refere-se ao peso inercial de uma versão, primária e infantilizada, tornada doutrina oficial do campo político do marxismo após a III Internacional (Moscou, 1919), pois este evento delimitou fortemente o pensamento marxista, inclusive as interpretações sobre os processos sociais agrários no país.¹⁰ Infelizmente, trata-se de um enfoque ainda dominante e que inspira diversos setores da academia brasileira, perpetuando uma carcomida tradição que prossegue, incólume e impávida, a lançar as sementes da incompreensão analítica e dos equívocos que se repetem *ad nauseam*.¹¹

igualmente uma outra face que precisa ser, ainda que brevemente, apontada, referindo-se a um autor que é também capaz de usar o melhor vernáculo para escrever textos de grande beleza literária (ver Martins, 2001a, 2001b, 1989). Para não citar, por fim, o humanista, evidenciado em sua arte fotográfica e, igualmente, em comentários pouco usuais, como quando nos apresenta um Marx humano e mortal, na introdução de seu livro sobre Lefebvre (Martins, 1996), se distanciando da literatura apologética do marxismo oficial. Um importante cientista social brasileiro, Raimundo Santos, desenvolve atualmente pesquisa sobre autores referenciais, entre os quais a obra de José de Souza Martins. Algumas de suas reflexões podem ser encontradas em Santos (1999).

¹⁰ *O poder do atraso* (1994) é um dos livros mais inspirados de José de Souza Martins, infelizmente ainda pouco discutido. Autor de livros referenciais, publicados desde a década de 1970, destaco a recente reedição de um de seus livros mais notáveis, *A sociabilidade do homem simples* (Martins, 2008a), um extraordinário exercício sociológico que discute o peso da cultura e das práticas sociais na construção da sociabilidade, sendo igualmente emblemático da visão sociológica do autor.

¹¹ Para uma vigorosa e erudita "crítica geral" aos equívocos do marxismo, sob uma perspectiva da esquerda, ver Fausto (2007). Consulte-se também Sassoon (1998).

Este documento estrutura-se em cinco sintéticas seções, as quais antecedem uma breve conclusão. A primeira delas sugere, em vôo panorâmico, que o conhecimento da obra de Marx no Brasil, mesmo em período recente, tem sido insuficiente e parcial, não abarcando a diversidade temática (e analítica) que a obra do mestre alemão poderia (e deveria) permitir. Neste sentido, incorporou-se entre nós como veio principal uma interpretação sobre o desenvolvimento agrário que, argumenta-se, sequer existe em Marx. Além disto, e como corolário desta surpreendente e estreita leitura, alguns conceitos petrificados têm sido repetidos acriticamente. O mais emblemático deles, certamente, é o conceito de renda da terra, que é rapidamente comentado nesta seção inicial.

A segunda seção do artigo insiste na necessidade de uma releitura de Marx, que possa ser mais distanciada das inclinações ideológicas (como, aliás, deveria ser com qualquer autor e escola teórica), mas desta vez para ressaltar que o “pecado original” dos camponeses franceses não poderia ter se transformado em lei antropológica sobre a inação política dos agricultores mais pobres, conforme a tradição marxista tão enfaticamente disseminou. Ainda mais, à luz dos princípios doutrinários esposados por esta corrente teórica, sobretudo no Século XX, ressalta-se a surpresa de ser também o guião da principal organização política dos pobres do campo no Brasil, o MST, pois é tradição que principalmente menosprezou a ação coletiva das classes sociais subalternas em áreas rurais, assim criando, em nosso país, uma associação entre teoria e prática que, concretamente, apenas realça o desconhecimento existente.¹² Novamente, Martins (1981) foi o autor que ousou confrontar tal dogma, alertando para as diversas situações históricas sob as quais os camponeses brasileiros desenvolveram formas de luta social que prescindiram do “partido-guia” e, ainda mais, puderam se representar de forma relativamente autônoma, também prescindindo da direção política do “sujeito universal” da

¹² Cito dois exemplos desta incongruência tão visível, os quais, contudo, quase nunca têm sido sequer citados entre os pesquisadores, certamente em função do temor de represálias, acadêmicas ou políticas (quando não por crua desinformação). Primeiramente, a imagem, tão difundida, nos cursos de formação política ou outros eventos organizados pelo MST, de ambientes ornados com grandes desenhos da iconografia marxista, de Marx a Lenin, passado por tantos outros, inclusive Mao. O absurdo desta situação, quando os dirigentes da organização dos sem-terra brasileira parecem desconhecer completamente as diatribes de Marx em relação aos camponeses, que seriam “batatas em sacos de batatas” ou, pior ainda, a expressão da “idiotia rural”, fica então patente. O segundo exemplo, mais recatado por situar-se no âmbito da linguagem melíflua da vida acadêmica, refere-se às tentativas, infrutíferas em face da *empíria* da realidade agrária, de encontrar a ampliação dos processos de proletarização rural. O exemplo paradigmático na literatura brasileira, marcado por extremado rigor estatístico, é a densa contribuição de José Graziano da Silva, evidenciado na maior parte de sua instigante produção científica, especialmente a sua tese de doutoramento (Silva, 1981). Apenas recentemente este autor, tão influente e responsável pela formação de dezenas de cientistas sociais brasileiros, dobrou-se às evidências dos fatos, passando a aceitar as tendências do desenvolvimento agrário em ambientes de expansão capitalista, os quais, como se sabe, com poucas exceções, não produziram a polaridade de classe que o reducionismo marxista indicava, mas a formação de uma classe média rural (no geral empobrecida) centrada no uso de uma força de trabalho familiar. Para não citar criticamente apenas Graziano da Silva, um dos nomes mais emblemáticos neste campo disciplinar (e cujo esforço analítico admiro sinceramente), devo mencionar a minha própria tese de doutoramento, onde incorri no mesmo erro de julgar que o desenvolvimento agrário, *necessariamente*, repetiria o padrão da expansão capitalista nas atividades produtivas urbano-industriais e, assim, concentraria terra (a centralização do capital) e estimularia a polaridade de classes. Cometi este erro ao analisar o desenvolvimento agrário da região cacauzeira do sul da Bahia (Navarro, 1981), em trabalho que (felizmente) não foi publicado.

revolução, uma ficção ideológica que, para pasmo geral, ainda se repete monotonamente.¹³

A terceira seção do artigo argumenta que o dogmatismo presente nas análises que discutiram o desenvolvimento agrário brasileiro inspiradas no marxismo supõe ignorar, até mesmo, as profundas transformações produtivas do período recente, inaugurado com a expansão econômica conhecida como “modernização dos anos setenta”. Aquelas análises recusam-se a perceber que a expansão econômica, na maior parte das regiões rurais, acentuou a monetarização das relações sociais e aprofundou a sociabilidade capitalista, inserindo um número crescente de famílias em novos mercados e alterando modos de vida e visões de mundo. Desta forma, idéias sobre a questão agrária que insistem em possíveis oposições de classe materializadas em noções não conceituais como “latifundiários” ou, para espanto geral, a insistência na categoria “campesinato”, começaram a se tornar aberrantes como armas analíticas, e alguns poucos autores já aceitam afastar-se de suas viseiras ideológicas e reconhecer o esgotamento de tais categorias.¹⁴ Para não permanecer

¹³ “Os camponeses e a política no Brasil”, que Martins publicou em 1981 (no livro sob o mesmo título), é, na minha opinião, um dos poucos textos realmente “demarcadores” no pensamento social brasileiro que analisa os processos sociais rurais. Naquele momento histórico, quando se anunciava a primavera democrática brasileira, a qual se firmaria durante aquela década, este artigo representou intemorata leitura contestadora de uma visão marxista ortodoxa então dominante entre cientistas sociais brasileiros, além de representar pesquisa empírica sobre diferentes conflitos sociais em áreas rurais brasileiras que permanece ainda insuperada.

¹⁴ A ideologização de nossas análises atinge níveis paroxísticos, muitas vezes. Dois exemplos ilustram esta exacerbação que parece impor uma cegueira em muitos membros da comunidade de pesquisadores. Primeiramente, a falsa polaridade, desenvolvida em anos recentes, entre “agronegócio” e “agricultura familiar”, segmentação da vida social rural que tem um componente de diferenciação social que é muito mais teórico do que propriamente concreto. Na realidade, nada mais é do que uma tentativa, canhestra, bisonha e equivocada, de reproduzir sob outros termos a idéia da existência de uma “luta de classes” no campo brasileiro. No primarismo de boa parte de nossos estudos, contudo, surge como fantasia empírica ou beletrismo ideológico, pois sequer pesquisamos os “ricos do campo”, agrupamento social completamente desconhecido na literatura (sendo de se lamentar que os importantíssimos esforços de Regina Bruno, que estudou a UDR quando esta organização ainda tinha alguma relevância, não encontrou seguidores nos anos seguintes e grupos conservadores e influentes como a “bancada ruralista” não têm sido pesquisados). Como não sabemos a real dimensão da burguesia agrária, onde está, e quem são seus membros, pois não é pesquisada, repetem-se os jargões da ideologia do momento, sem nenhuma evidência. A polaridade, entretanto, é falsa não por este aspecto, mas pela sugestão implícita de serem grupos identificáveis *social e economicamente* e distintos no mundo real, como se existissem ambientes concretos onde tais “classes” apenas se oporiam, mas não estão engajadas em uma série de relações sociais, de trabalho, além de compartilharem mercados e atividades diversas. Ou quando grandes proprietários de terras são, como os seus vizinhos pequenos produtores, meros participantes de cadeias de valor, nas quais outros agentes econômicos *não rurais* é que determinam preços e, particularmente, os padrões de distribuição da riqueza gerada em tal cadeia. Surpreende que pesquisadores que se apresentam como sérios insistam nesta inexistente polaridade social. Comentarei em outra seção sobre tal suposta oposição, mas aqui apenas insisto na perplexidade de perceber em documentos que se pretendem científicos a manifestação de uma permanente preguiça mental, quando não percebem o fato notório de ter sido esta polaridade criada meramente para efeito da ação política do MST, acostumado com o simplório arsenal que desenvolveu ao longo do tempo, sempre criando oposições binárias, para facilitar a ação de recrutamento dos pobres do campo (assim repetindo o “mundo dicotômico” dos mediadores religiosos que lhe deu origem). Que operadores governamentais insistam, sem corar, nos “malefícios do agronegócio”, como o atual presidente do INCRA (*Folha de São Paulo*, 25 de novembro de 2004) ou, ainda, que autores menores e assumidamente ideológicos assim argumentem e até consigam publicar suas idéias (Teixeira, 2008), debito à indigência de nossos debates. Mas, quando pesquisadores de universidades públicas repetem o mesmo erro (entre diversos outros autores, Oliveira, 2004), encontramos aqui um desenvolvimento que desnuda a fragilidade de nossa vida acadêmica. O segundo exemplo desta persistente ideologização, embora patético,

um falso entendimento, sugere-se aqui a inadequação de conceitos, mas isto não implicando em desconhecimento sobre as condições de trabalho no mundo rural, inclusive por ocorrer ainda no Brasil situações de trabalho que em tudo se aproximam de um estatuto de escravidão (Moraes Silva, 2005). Não se ignora, da mesma forma, a força política da chamada “bancada ruralista”, agrupamento de parlamentares que sistematicamente bloqueia as iniciativas de aperfeiçoamento e humanização das relações de trabalho no campo.¹⁵

Aquele ciclo econômico e a monetarização da vida social identificada a partir desta quadra histórica tem sido, contudo, insuficientemente dimensionada na literatura brasileira. Martins, por exemplo, situa a importância dos processos econômicos no período recente em plano secundário, aqui indicando uma lacuna em sua produção acadêmica.¹⁶ Argumentarei que esta secundarização da esfera produtiva e econômica na perspectiva analítica do autor uspiano não representa uma surpresa, em face de seu método e, igualmente, é também sua escolha teórica em relação à obra de Marx, na melhor tradição de um marxismo que corriqueiramente tem sido chamado de humanista. Martins aqui se alinha, sobretudo, na trilha de outro autor que se notabilizou por privilegiar os processos microsociais associados à expansão capitalista e à “sociabilidade do cotidiano”. Ao estudar as mudanças sociais por este ângulo, se tornou, sem dúvida, no maior especialista brasileiro na obra de Henri Lefebvre, o marxista francês que estudou a vida cotidiana e a sociabilidade “do

parece não incomodar ninguém, pois nenhuma problematização tem sido tornada pública. Refiro-me à decisão do MST de unir-se a uma recém-criada “holding” de organizações de pequenos produtores rurais, a Via Campesina e, assim procedendo, aceita submeter-se à utilização de um termo (“camponês”) cujo uso em áreas rurais é praticamente inexistente na linguagem cotidiana, aceitando comprometer seu capital político acumulado em anos passados e encerrado na expressão “sem-terra”. Ainda mais estranhamente, mantendo o espanholismo da palavra, não se preocupando sequer em expandir no Brasil a expressão Via Campesina. O uso decorrente da expressão e a captura pelo MST de outras pequenas organizações (como o MAB e o antigo MMTR) trouxe conseqüências similares, exemplificado pela mudança de nome do antigo “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais” (MMTR) para “Movimento de Mulheres Camponesas”, o que apenas reforça as evidências do inacreditável baixo nível de conhecimento e despolitização dos dirigentes de tais organizações (fatos que não são criticamente analisados por pesquisadores, ou porque temem retaliações ou, então, porque compartilham de desconhecimento similar).

¹⁵ Como, por exemplo, a rejeição da proposta de decreto legislativo 2351 (2006), que propunha aprovar o texto da Convenção 184 da OIT, estabelecendo a sistemática fiscalização dos locais de trabalho agrícola.

¹⁶ Como ressalta Martins, *“Minha linha de trabalho tem sido e será antieconomicista (...) Se concedermos a precedência à economia numa discussão assim, temos de aceitar a lógica da economia à qual imputamos a responsabilidade da chamada exclusão. E cairemos numa inútil discussão sobre ‘economia alternativa’, como se ela existisse (...) Minha orientação antieconomicista tem, portanto, outro rumo. Ela se baseia numa perspectiva sociológico-política (e não econômico-social) (...) política no sentido de uma reflexão sociológica sobre a relação política entre a sociedade e o Estado. Porque esse é o âmbito da intervenção eficaz da sociedade civil, do povo (...) Em outras palavras, não costumo trabalhar privilegiando a perspectiva do poder, do sistema econômico e sua força política”* (2003d, p. 12-13, ênfase de Martins). Esta proposição ilumina a perspectiva adotada pelo autor, recuperando o que chama de “a dialética de Marx”, enfatizando a importância do chamado “Marx jovem”. Contudo, julgo que dimensões econômicas não são devidamente exploradas pelo autor, inclusive os processos de monetarização da vida social. Creio ser impossível (como se argumentará adiante) entender os processos sociais rurais sem recorrer a uma compreensão da modernização econômica e produtiva da década de 1970, a meu ver de centralidade decisiva para conformar os desenvolvimentos posteriores. A segunda grande lacuna que julgo existir na obra de Martins diz respeito a pesquisas empíricas que fossem realizadas no Sul do Brasil, região que surge apenas marginalmente na obra do notável professor uspiano.

homem simples”, assim se opondo ao marxismo economicista e estruturalista do Partido Comunista Francês (Martins, 1996).

A quarta seção alerta brevemente para alguns debates internacionais que parecem entrar no Brasil apenas marginalmente, quando não erraticamente, mas são rapidamente abafados pelo dogmatismo existente. Apresentam-se nesta parte alguns exemplos, meramente para advertir sobre esta insuficiência. Talvez a postura acrítica seja evidenciada, sobretudo, na recepção da expressão “agricultura familiar” e as características de sua rápida aceitação na literatura. Argumentar-se-á que, embora consolidada na literatura internacional (a expressão “*family-based agriculture*” já era corriqueira nos anos setenta), esta noção acaba despolitizando nossa compreensão analítica sobre o desenvolvimento agrário. Uma analogia é introduzida nesta seção, comparando-a com outra expressão supostamente conceitual que é, igualmente, despolitizadora – “exclusão social”. Martins (2003d, 2002), novamente, é autor pioneiro neste debate e seus argumentos serão instrumentais para problematizar o peso do dogmatismo, quando confrontadas tais inovações conceituais.

A quinta seção do artigo, finalmente, discute aspectos relacionados aos impasses antepostos à implementação da reforma agrária no Brasil e, em função desta política e seus desafios atuais, sucintos comentários são introduzidos sobre o MST e suas características e ação recentes.¹⁷ Sobre o primeiro tema, se ressaltará que a nossa história apenas observou esforços de redistribuição de terras em período muito recente, especificamente a partir do segundo semestre de 1996, quando as circunstâncias já sinalizavam o claro esgotamento da “necessidade histórica” de sua implementação (Navarro, 2001; 2009). Desta forma, não obstante a aceleração verificada no processo de arrecadação de terras para fins de reforma agrária no último decênio, trata-se de política claramente encurralada em sua justificação política e social. Talvez em função de sua visível desnecessidade, pelo menos como política *nacional*, estamos observando o ocaso de um tema que ocupou, muitas vezes centralmente, a agenda política brasileira.¹⁸ A permanência de uma história lenta,

¹⁷ Não desconheço a existência de outras organizações atuantes neste campo, especialmente a Contag, através de algumas federações mais ativas em alguns Estados (Favareto, 2006). Parece claro, contudo, que o MST posicionou-se, em anos recentes, como a principal organização defensora da reforma agrária no Brasil. Além disto, em face de suas alianças, é a única organização capaz de manter uma estrutura sustentada especialmente com fundos públicos, graças ao desenvolvimento de um “ciclo virtuoso” formado a partir de meados dos anos noventa, o que já discuti em outro artigo (Navarro, 2002).

¹⁸ Se analisados com frieza científica, praticamente não existem mais argumentos para justificar a implementação de um programa nacional de reforma agrária, mantendo as estruturas operacionais do Estado e sua logística atuais. Vencido o argumento de sua necessidade para “ampliar o mercado interno”, como era corriqueiro nos anos sessenta, posteriormente foram sendo vencidos os outros focos apresentados como justificativa para a sua implementação, o que fez Graziano da Silva, já na metade dos anos oitenta, sugerir a sua desnecessidade, embora em termos bastante oblíquos, durante o primeiro (e único) congresso da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Silva, 1987). Em anos mais recentes, a defesa de tal política, cada vez mais, apóia-se em argumentos que são essencialmente retóricos. Quando a reforma agrária vai saindo de cena, pesquisadores experimentados escrevem que “(...) o tema da reforma agrária tem sido cada vez mais articulado, no debate político, ao das opções em torno de formas de desenvolvimento, tornando-o uma questão relevante não apenas para o vasto contingente dos que demandam terra, mas também para o conjunto da sociedade. São esses os componentes que tornam a reforma agrária uma bandeira de luta que ultrapassa fronteiras nacionais e permite a construção de uma linguagem comum entre povos profundamente diferentes em suas histórias e culturas” (Medeiros, 2003, p.94). Uma pesquisadora que admiro por sua contribuição relevante para este

contudo, sempre acomodando os interesses conservadores e permitindo o adiamento de nossas urgências sociais, foi sangrando mortalmente a demanda por ações em reforma agrária, imobilizando-a, tanto política quanto socialmente, em face das mudanças verificadas no país, sobretudo a partir da expansão econômica da década de 1970. A rapidez das transformações naqueles anos intensificou o processo de urbanização e, especialmente, foi ampliada notavelmente a capacidade produtiva da agricultura brasileira.¹⁹ Assim, gradualmente remanesce a última exigência social que, uma vez ultimada, fincará a pá de cal na reforma agrária brasileira, qual seja, a instituição das regras formais do Direito e o funcionamento efetivo da Justiça também no mundo rural, sepultando definitivamente uma história agrária de violência continuada. Ainda que esta mudança, a última, ainda não seja realidade da vida social rural em muitas regiões, são claros os sinais tendenciais de democratização em tais ambientes sociais e, desta forma, em tempo discernível permanecerá sem resposta a pergunta que não imaginávamos que algum dia nos surgiria pela frente: o quê, exatamente, ainda justifica a reforma agrária brasileira? Se a resposta for claramente hesitante, como parece ser atualmente, então estaríamos apenas observando o prolongamento de um embuste, do MST e sua agenda “fora de lugar” às estruturas do Estado que foram formadas para tal finalidade, as quais teriam perdido completamente a sua *raison d'être*. Estaríamos vivenciando, em síntese, uma comédia de erros sustentada com fundos públicos. Ainda que tal diagnóstico possa ser controvertido, o que reconheço, os sinais são mais do que indicativos de tal desenlace e, pelo menos, os pesquisadores deveriam estar debruçados sobre essas tendências, se o peso do dogmatismo e a influência determinante de uma Sociologia militante ainda não imobilizassem a maioria.²⁰ Diversos desses impasses foram

campo disciplinar, a autora deste excerto, Leonilde Medeiros, certamente explicará melhor o significado de sua frase acima em publicação futura, pois argumenta em direção contrária, tanto ao que nos propõe a melhor literatura internacional como, especialmente, os fatos concretos.

¹⁹ José Eli da Veiga, em estudo recente, demonstrou a impropriedade dos dados estatísticos, quando esses circunscrevem a dimensão do que seria o “rural” no Brasil, que é definido através de lei que já deveria ter sido revogada. Não obstante seus esforços analíticos para demonstrar a maior magnitude social do “mundo rural” brasileiro sob uma nova definição (o que pode estar empiricamente correto), discordo, contudo, de sua crítica aos autores que defendem estar em curso um processo de “urbanização do campo”. As mudanças associadas a esses macroprocessos não estão se referindo, de fato, ao lugar de moradia e à atividade de trabalho, mas às mudanças na sociabilidade, na cultura dominante e no imaginário social. Estes, nos últimos trinta anos, passaram a observar a hegemonia das cidades, assim também “urbanizando” os ambientes rurais. Ver Veiga (2002).

²⁰ Não proponho a existência, sequer como possibilidade teórica, da neutralidade científica, não obstante a engenhosidade analítica de alguns sociólogos, de Weber a Bourdieu. Desta forma, uma “Sociologia comprometida” (portanto, em alguma medida normativa) pode ser um caminho legítimo na prática das Ciências Sociais, para alguns até inevitável. Uma Sociologia que estaria comprometida pela inevitabilidade de visões de mundo que, necessariamente, os membros deste campo disciplinar compartilham. É radicalmente diferente, contudo, de uma “Sociologia militante”, pois esta se orienta, primordialmente, por algum particularismo ideológico e político, o qual *antecede* e subordina a prática acadêmica, o “fazer científico” e rebaixa, ou até elimina, os cânones fundamentais que organizam a produção do conhecimento. Infelizmente, sua existência empobrece em larga medida as Ciências Sociais dedicadas à interpretação do mundo rural brasileiro, pois introduz viseiras ideológicas primárias que limitam as chances de análise criativa e plural. Como enfatiza Martins, “A ‘sociologia militante’ é a negação absoluta da sociologia como ciência. Sociólogos dessa orientação geralmente usam ‘sua sociologia’ para impugnar o conhecimento que contraria as conveniências de seu partido político. Ou para dar uma aparência de legitimidade a um conhecimento que foi produzido sem

discutidos, em anos mais recentes, por Martins (1998; Martins *in* Bastos, 2006) e, novamente nesta parte final, suas agudas observações embasarão parte dos argumentos introduzidos na seção.

O peso do dogmatismo (I): as etéreas categorias "pétreas"

Como observação geral, é mister afirmar que, malgrado as sempre destacadas exceções, o uso de Marx para explicar os processos sociais, em ambientes empiricamente definidos como rurais, no Brasil tem sido largamente raso, quase simplório, indicando conhecimento visivelmente perfunctório daquele autor e sua obra. Os raros autores que demonstraram conhecimento aprofundado acerca das reflexões do brilhante teórico alemão, por seu turno, quase nunca adotaram posturas saudavelmente distanciadas, apontando também as insuficiências do corpo interpretativo proposto por Marx. Com poucas exceções, tem sido assim no Brasil a recepção ao autor clássico por duas razões. Primeiramente, sendo este o motivo principal, porque Marx foi um autor que teve parte considerável de sua obra não publicada por um tempo considerável longo, e a outra parte que veio a lume ainda no final de Século XIX foi rapidamente instrumentalizada pelo movimento socialista, assim erguendo uma versão tornada hegemônica no início do século seguinte. Esta versão foi assentada exclusivamente na metáfora da "determinação econômica" e da "inevitável derrocada" da ordem capitalista derivada da (igualmente "inevitável") contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e uma (novamente, "inevitável", insistiu sempre a literatura doutrinária) crescente polarização de classe. Consequentemente, erigiu-se uma versão pueril centrada no que Gramsci denunciou como um "*sistema totalitário de ideologias*".²¹ De fato, apenas na década de 1960 é que lentamente viria a ser publicada a totalidade de seus textos, como diversos fragmentos não concluídos, os rascunhos de suas obras inacabadas, além de muitas

rigor científico" (*in* Bastos, 2006, p. 141). O caso da reforma agrária no Brasil e sua suposta "necessidade" são paradigmáticos como ilustração: seus defensores intransigentes, nas Ciências Sociais, ainda têm os pés e as mentes nos anos cinquenta, e não querem perceber que reforma agrária não é mais do que uma política governamental e, como tal, reflete a história do país. Não é possível logicamente manter a defesa de uma política como esta quando o Brasil experimentou uma verdadeira revolução econômica e social a partir dos anos setenta, a qual foi corroendo, inexoravelmente, os argumentos que então usávamos para defender a implementação da reforma agrária. Se o Brasil deixou de ser rural e agrário, passando a urbano e industrial, reduzindo imensamente a demanda social pelo acesso à terra, não é preciso sequer ser sociólogo para perceber a desnecessidade de tal política em nossos dias – ou, pelo menos, como a pensávamos anos atrás. Mas o marxismo de cartilha que embota parte das análises, que se recusa a deixar o passado já remoto, ainda impede que esses colegas abram os olhos e percebam o *cul-de-sac* vivido por tal política na atualidade. Um exemplo paradigmático desta leitura sobre a reforma agrária ainda inspirada em página já virada da história é o "Plano Nacional de Reforma Agrária" preparado e aprovado no alvorecer do primeiro mandato do Governo Lula, o qual, como se sabe (sem nenhuma surpresa), permaneceu como letra morta desde o seu lançamento, exatamente por desconhecer a profunda transformação dos ambientes rurais brasileiros e propor uma política que ainda refletiria um "outro rural", já largamente inexistente.

²¹ "*Structures and superstructures form a 'historical bloc' (...) only a totalitarian system of ideologies gives a rational reflection of the contradiction of the structure and represents the existence of the objective conditions for the revolutionizing of praxis*" (Gramsci, *in* Forgacs, 2000, p. 193).

de suas cartas ainda desconhecidas.²² Não podendo me estender em demasia sobre a biografia intelectual do marxismo, ressalto, por exemplo, a importância dos *Grundrisse*, monumental livro que conecta o “Marx jovem”, apaixonadamente dialético, ainda motivado por suas categorias mais filosóficas, e o “Marx economista”, que iria surgir tão nitidamente no primeiro volume de *O Capital*, publicado em 1867. Aqueles apontamentos, que antecederam a publicação do primeiro volume de seu livro mais ambicioso, embora publicados na forma de livro apenas em 1939, o foram somente em alemão, permanecendo praticamente no oblívio. Sua leitura, após ser difundido mais amplamente nos anos setenta, nos apontaria, por exemplo, um autor bem mais nuançado do que aquele que está presente no esquematismo de sua obra mais conhecida. Os *Grundrisse* demonstraram também um autor que não aceitaria, certamente, a estreita leitura estruturalista e determinista que a tradição marxista, posteriormente, imporia como a única “leitura correta” ao longo do século passado.²³

Uma segunda ilustração de um “Marx desconhecido”, que ressurgiu apenas na década de 1960, embora mais pontual, mas igualmente sintomática, foi a correspondência trocada por Marx com os ideólogos do movimento populista russo, troca ocorrida, em especial, na década de 1870. São cartas de grande relevância política, uma parte delas publicadas em português (Fernandes, 1981), pois iluminam um autor muito mais hesitante sobre a sua teoria, pois esta não seria, segundo suas próprias palavras, dotadas da universalidade que a tradição marxista depois transformaria em ato de fé.²⁴

Estas são apenas duas breves indicações, entre tantas, denunciadoras de um tosco desenvolvimento resultante da clara instrumentalização de um marxismo que,

²² Uma brilhante síntese do legado das idéias de Marx e os aspectos principais do marxismo pós-Marx pode ser encontrada em Therborn (2007)

²³ Os *Grundrisse* são, provavelmente, a mais importante obra de Marx, livro que é, infelizmente, ainda largamente desconhecido, quem sabe por ser uma leitura árida e porque suas quase mil páginas afastem leitores mais acostumados, em nossos dias, com textos mais ligeiros. Neste livro, quando analisa as tendências de transformação capitalista e seus impactos no mundo rural, encontramos um Marx dividido. De um lado, seus comentários são quase sempre de desprezo por tal “mundo” e suas classes e agrupamentos sociais, indicando uma forma de desenvolvimento que, corretamente, talvez pudéssemos mesmo “copiar” de sua análise sobre o capitalismo industrial e suas conseqüências sociais nas cidades (especialmente a implícita sugestão de que no campo o desenvolvimento capitalista também consagraria uma polarização de classe). Como, por exemplo, quando Marx escreve que “*Within a single society, such as the English, the mode of production of capital develops in one branch of industry, while in another, e.g. agriculture, modes of production predominates which more or less antedate capital. Nevertheless, it is (1) its necessary tendency to conquer the mode of production in all respects, to bring them under the rule of capital. Within a given national society this already necessarily arises from the transformation, by this means, of all labour into wage labour*” (Marx, 1973, p. 729). Não obstante reflexões como esta, Marx, contudo, por outro lado, em nenhum momento se debruça, de fato, sobre o desenvolvimento produtivo e social em ambientes empíricos rurais transformados sob o tãção da expansão capitalista.

²⁴ Em sua última carta (março de 1881) dirigida a Vera Zasulich, então uma das principais ideólogas dos *narodniks*, Marx seria explícito sobre seu modelo de interpretação, sugerindo que sua análise de *O Capital*, de fato, se aplicaria apenas à “Europa Ocidental”. Enquanto sugere, citando a si próprio, que “*o sistema capitalista é, portanto, baseado na radical separação do produtor dos meios de produção (...) a base deste desenvolvimento é a expropriação do produtor agrícola*”, adverte, no entanto, para a provável surpresa de Zasulich, que “*Conseqüentemente, a ‘histórica inevitabilidade’ deste processo é expressamente limitada aos países da Europa Ocidental*” (Marx, 1975, p. 319, a ênfase é de Marx).

na prática, delimitou decisivamente a formação de uma visão hegemônica nos anos posteriores à morte de Marx. Instituiu-se assim, aos poucos, uma perspectiva economicista tornada doutrina e vulgarizada espantosamente, especialmente depois da vitória da revolução russa.²⁵

O segundo aspecto que provavelmente justifica a insuficiente recepção de Marx nos estudos sobre o mundo rural brasileiro, é, talvez, ainda mais surpreendente. Nos informa que, de fato, Marx *jamais* discutiu, com este deliberado propósito, as implicações e a natureza do desenvolvimento do capitalismo no campo. Era sua intenção, sabemos, mas não chegou nunca a concluir tal projeto.²⁶ Suas observações, espalhadas erraticamente em diversas partes de sua copiosa obra, são inteiramente insuficientes para construir uma teorização adequada para interpretar o mundo rural sob a ação de uma nova sociabilidade que então se delineava mais claramente na Europa Ocidental. O assim chamado “modelo teórico” sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo que fincou suas raízes no Século XX nasceu, de fato, de uma transposição mecânica da “lógica do capital” que Marx analisou em relação às transformações produtivas e sociais da expansão do capitalismo industrial na Inglaterra (especialmente em *O Capital*) e, posteriormente, das contribuições de Lênin e de Kautsky, associados à *vulgata* produzida por partidos comunistas em diversos países. Desta forma, acabamos aplicando o que parecia ser uma contribuição de Marx para a interpretação do desenvolvimento do capitalismo na agricultura quando, de fato, aquele autor sequer se dedicou diretamente a este estudo.²⁷

Para parte considerável dos pesquisadores brasileiros, segundo as evidências de nossa literatura, provavelmente este não seria, de fato, um problema teórico, pois aquela sugerida transposição das mudanças urbano-industriais, descritos por Marx, para os âmbitos rurais (que Marx não analisou), não seria analiticamente problemática, pois os processos econômicos e sociais seriam necessariamente similares *onde a lógica capitalista se torna determinante*, assim sugere a argumentação. Em outras palavras, mais sinteticamente, a agricultura, como

²⁵ É contestada, ao longo do século passado, por poucos autores, os quais conseguiram manter viva a possibilidade de uma leitura diferente de Marx, como o fizeram Gramsci ou os autores da Escola de Frankfurt. Mas não foram suficientemente influentes para mudar um foco doutrinário que se tornou sagrado, sendo imposto pelas cartilhas dos diversos partidos comunistas situados na órbita do PC Soviético.

²⁶ Em face de tal fato, Kautsky, algo pretensiosamente, afirmou que seu livro principal, publicado em 1899, *A questão agrária*, seria “o quarto volume de *O Capital*”, aquele que Marx não conseguiu concluir.

²⁷ Evidentemente, não se desconsidera a sugestão explícita de repetir para o “mundo rural” o padrão de transformação social e econômico que Marx analisou em *O Capital*, sugestão esta que surge tão forte no famoso capítulo XXIV do primeiro volume de seu livro principal, quando Marx analisa a chamada “acumulação primitiva”, processo associado à expropriação camponesa. O que os autores marxistas seguintes ignoraram foi a especificidade desta mudança social determinada pelas particularidades da história inglesa, e raramente repetida em outras situações nacionais. Mesmo autores marxistas de considerável reputação, como Ellen Meiksins Wood, insistem nesta premissa. Segundo a autora, “*the most salutary corrective to the naturalization of capitalism and to question-begging assumptions about its origins is the recognition that capitalism, with all its very specific drives of accumulation and profit-maximization, was born not in the city but in the countryside, in a very specific place, and very late in human history. It required (...) a rupture in age-old patterns of human interaction with nature*” (Wood, 2002, p.95).

atividade produtiva, não apresentaria nenhuma “especificidade” e, portanto, obedeceria à “lógica geral”. Seria assim, contudo, se esta similaridade fosse real, mas a literatura internacional contemporânea, especialmente a partir dos anos oitenta, acabou demonstrando não ser verdade.²⁸

Uma ilustração deste deplorável desencontro entre o conhecimento da obra completa de Marx e o desenvolvimento dos esforços analíticos realizados no Brasil, quando investigando os processos sociais rurais, refere-se à categoria renda da terra, uma das mais obscuras noções propostas por Marx (na minha opinião, um erro crasso deste autor), que o marxismo posterior sacralizou, sem sequer se dar ao trabalho de examinar detidamente a adequação conceitual de tal conceito. Quase sem exceção, marxistas usaram esta noção de forma reverencial, prestando apologéticas homenagens ao “conceito” na abertura de seus trabalhos (ou introduzindo as devidas citações no “arcabouço teórico” do estudo), sem conseguir, contudo, jamais, evidenciar a materialização da renda da terra em situações concretas e, igualmente, sem ter a coragem de se perguntar: “para quê, realmente, serve esta categoria proposta por Marx?”.

Este é tema que poderia render uma explicação longa e detalhada sobre a evidente incongruência de uma categoria que supõe, para se tornar (hipoteticamente) verificável, tanto a consolidação de uma forma de propriedade e desenvolvimento (a grande propriedade capitalista) como a igual objetificação de uma premissa, qual seja, o “fechamento” privado das terras em dado território nacional, quando esses requerimentos quase nunca ocorreram, em qualquer parte do planeta. Se o segundo requerimento pode ser verificado em alguns países, o primeiro se tornou raridade, pois no capitalismo avançado a forma social de produção predominante acabou sendo a agricultura familiar, já que as atividades produtivas agropecuárias, incapazes de gerarem o “lucro médio”, tornaram-se desinteressantes para os donos do capital. Esses desenvolvimentos históricos, amplamente conhecidos na literatura internacional (Goodman *et al*, 1990), deveriam propiciar, em decorrência, uma leitura crítica sobre a proposta de Marx, abandonando-se, definitivamente, tal categoria, tornada inútil em face da concretude do desenvolvimento agrário em diversos países. Mas, como se abrir a um enfrentamento

²⁸ Aqui reside outro exemplo de uma impressionante indolência que parece vicejar nas práticas acadêmicas das Ciências Sociais dedicadas ao mundo rural. Como se indicará posteriormente, a partir do final da década de 1970 e, especialmente durante a década seguinte, a literatura internacional (especialmente aquela de língua inglesa) elaborou uma verdadeira revolução teórica sobre o significado de processos de expansão econômica capitalista e suas repercussões nas atividades produtivas agropecuárias, debates, contudo, quase completamente ignorados no Brasil. Realizei modesto esforço de divulgação dessa renovação teórica, quando traduzi um artigo referencial, escrito por Susan Mann e Charles Dickinson, originalmente publicado em 1978 (Navarro, 1987), igualmente ignorado pela comunidade de pesquisadores, quando tal artigo, de fato, é a base para a reorganização do pensamento social sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Mais espantoso, contudo, foi a recepção ao notável livro de Ricardo Abramovay, publicado em 1992, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, no qual o autor foi capaz, exatamente, de sintetizar, com maestria, a discussão inaugurada nos anos oitenta e propôs aos leitores brasileiros uma chance de quebrar com o dogmatismo paroquial então dominante. No geral, este livro (outro que é demarcador no pensamento social brasileiro), foi novamente ignorado por quase toda a comunidade de pesquisadores, submetidos ao primário marxismo que a (quase) todos cegava.

analítico livre e crítico, sem fronteiras determinadas *ex-ante* (e, mais grave ainda, por critérios políticos e ideológicos), se muitos somos, não cientistas sociais, mas praticantes de uma Sociologia militante?

Martins, no melhor do meu conhecimento, talvez tenha sido o único autor que ousou analisar criativamente a categoria renda da terra em uma situação concreta, a expansão da cafeicultura no Oeste paulista, nas primeiras décadas do século passado (Martins, 1979). Embora ainda aceitando a formulação geral proposta por Marx em relação à renda terra (*Ibid.*, p.20), este autor propõe, contudo, uma inovação interpretativa extremamente original para explicar as novas relações de trabalho então em formação nas regiões paulistas onde ocorria a expansão da cafeicultura, na forma de renda capitalizada associada às formas de sujeição então em desenvolvimento. Ou seja, ainda que não problematizando a idéia genérica sugerida por Marx em *O Capital*, quando propôs aquela noção, Martins procurou explicar uma *forma* de renda da terra, em sua concretude associada à expansão cafeeira naquele período, esta sim perfeitamente compreensível e lógica sob o colonato paulista. É, contudo, uma exceção, pois desconheço marxistas brasileiros que, trabalhando com este tema, não repetissem o padrão antes citado: inicialmente, loas à renda da terra, como uma “categoria fundamental”; depois, tal noção desaparece ao longo dos estudos desses autores, pois não é empiricamente verificável.

Em síntese, o que esta seção argumenta é que o uso de Marx (e de perspectivas teóricas posteriores associadas ao marxismo) para analisar os processos sociais rurais tem sido, no Brasil (sempre ressalvando as poucas, mas significativas exceções), marcado por dois aspectos que tornam aquele uso bizarro, por ser acomodado e, também, desinformado. Não consegue inspirar-se em Marx criticamente, e nem reconhece tal autor em sua inteireza (inclusive em seus erros). Assim, o resultado é bastante fraco, e quase sempre irrelevante para a compreensão do mundo rural brasileiro.²⁹ Em síntese, apenas fingimos, uma larga maioria dos membros de nossa comunidade acadêmica, que somos marxistas ou filo-marxistas, provavelmente como mero mecanismo de consolo mental destinado a evidenciar nossa contrariedade política em relação às iniquidades sociais de nosso desenvolvimento histórico. Como cientistas sociais, contudo, ainda não parece que tenhamos compreensão ampla sobre a teoria social que Marx propôs.³⁰

²⁹ Tome-se, por exemplo, o imenso esforço analítico realizado pelo ambicioso projeto sobre “os complexos agroindustriais”, coordenado por José Graziano da Silva, na segunda metade dos anos oitenta. Qual conhecimento teria sido acumulado para nossa compreensão da vida econômica rural, após aquele exercício? (Kageyama, 1990). Na década seguinte, por exemplo, com o aprofundamento de uma nova proposta conceitual centrada na idéia de “governança”, que entende a economia apenas como parte de uma “coordenação entre o Estado e a sociedade” embutida naquela noção, a idéia de “cadeias de valor” iria mostrar-se infinitamente mais promissora (Gereffi *et al.*, 2005). É dever de justiça, contudo, ressaltar que Graziano da Silva coordenou nos anos noventa aquele que certamente foi o mais frutífero exercício de análise dos processos sociais rurais, o chamado “Projeto Rurbano” (Silva, 1999), o qual envolveu um grande número de pesquisadores de diferentes instituições e estados.

³⁰ É preciso mais rigor conceitual e informação, e menos ideologia. O que pomposamente chamamos de “questão agrária”, atribuindo a esta expressão uma dimensão mágica, nada mais é do que um resíduo discursivo de problemática política que inspirou a formulação dos programas agrários na Alemanha e na Rússia no início do

O peso do dogmatismo (II): a história passada existe... mas seria importante?

No final dos anos sessenta, um sociólogo holandês influenciado por matriz interpretativa que então se delineava, a convergência entre noções marxistas e religiosas (depois sedimentadas na Teologia de Libertação), publicou um livro intitulado *O potencial revolucionário do campesinato latinoamericano*.³¹ Huizer (1969) talvez tenha sido o autor que pioneiramente ousou contestar outro campo de dogmas da tradição marxista, aquele que afirmava acerca da “incapacidade política do campesinato”. Este preceito, por certo, nasceu da interpretação de Marx sobre os eventos na França durante o turbulento período histórico que se abre na Revolução Francesa e se estende até o marcante ano de 1848. Sua análise encontra-se, especialmente, em um dos livros mais famosos de sua lavra, *O dezoito brumário de Luis Bonaparte*, originalmente publicado em 1852, obra que teve um papel decisivo na formação da tradição política do marxismo. É tido por marxólogos, por exemplo, como modelar exemplo de “análise de conjuntura” (exemplificando o método em Marx), ou o estudo que propôs algumas categorias-chave, como “bonapartismo”. Lido mais serenamente e com a perspectiva do tempo, contudo, *O dezoito brumário* foi, especialmente, a base conceitual para o desenvolvimento de uma das maiores aberrações abraçadas pela tradição marxista dominante, qual seja, a “condenação” do campesinato como ator político, fundada em alguma imanente incapacidade jamais explicada. As famosas considerações de Marx no final do livro, embora conjunturais e circunscritas pelos acontecimentos naquele país, foram transformadas

século passado (únicos países onde existia, na época, um movimento socialista digno do nome). Mais tarde, inspirou igualmente a brutal expropriação camponesa na nascente União Soviética. Naquele tempo histórico, como urgente tema de resolução política e social, os debates sobre a questão agrária se justificavam. Depois desses eventos iniciais, contudo, o que observamos foi tão somente a caricaturização montada pela cacofonia pueril dos partidos comunistas espalhados pelo mundo ou, ainda, a ocorrência da dolorosa experiência chinesa, que aos poucos, vai sendo desvendada. Preferimos fingir que não percebemos, por exemplo, que a principal obra de Lênin sobre o assunto (*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicada em 1899), somada à de Kautsky (cit.), são, principalmente, “programas partidários”, determinados por circunstâncias locais (portanto, datadas), em países que eram ainda, sobretudo, nações rurais. Não escapa à observação que *A questão agrária* de Kautsky, retirada a segunda parte do livro que discutia o programa agrário do partido, foi obra erigida, estranhamente, à condição de “livro teórico” sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. A revelação dessas contradições já nos foi oferecida há longo tempo em estudos seminais oferecidos à nossa comunidade, mais de duas décadas atrás (!) por um extraordinário especialista: consulte-se, a respeito, os definitivos estudos de Keith Tribe (1976, 1978) e seus livros com Athar Hussain (1981, 1981a). Por quê teríamos ignorado este desvelamento da sucessão de erros associados ao debate sobre a questão agrária sob o jugo de um marxismo doutrinário? Por isto, um respeitado analista, que esteve inclusive à frente da implantação da reforma agrária em Portugal, mas igualmente um estudioso do tema, Fernando Oliveira Baptista, é categórico: “*A grande indústria não fez o socialismo, as promessas aos camponeses não foram mantidas e o movimento comunista manteve-se alheio às transformações da agricultura e do mundo rural (...)* O debate tem, hoje, de mudar de referencial. O socialismo não está inevitavelmente inscrito nas forças produtivas; o marxismo continua a ser um instrumento útil para ler o mundo, mas não é a chave que necessariamente o transforme” (Baptista, 1998, p. 17).

³¹ Huizer orgulhava-se de ter encontrado os comandantes da então guerrilha nicaragüense lendo seu livro (comunicação pessoal). É irônico, contudo, que leram, mas não entenderam, em face dos desencontros do governo sandinista, após a queda de Somoza, em relação aos camponeses e sua organização política, uma das causas da perda de popularidade da revolução naquele país e, posteriormente, a derrota eleitoral que se seguiu.

pelo esquematismo doutrinário dos partidos comunistas, no Século XX, em “leis sociais” e, assim, condenaram *a priori* as chances de ação política dos mais pobres do campo. No livro, um irritado Marx, apontando o que julgava ser a irracionalidade do apoio político do campesinato francês à ascensão política de Luis Bonaparte, pontificou sociologicamente sobre os limites, supostamente estruturais, da ação coletiva daquele grupo social. Para Marx, na famosa passagem,

“(…) Da mesma forma que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua formação cultural das outras classes e fazem-nas entrar em conflito com estas últimas, elas formam uma classe. [Contudo], da mesma forma que esses pequenos proprietários camponeses estão meramente conectados em uma base local e a identidade de seus interesses não desenvolve um sentimento de comunidade, vínculos nacionais, ou uma organização política, eles não formam uma classe. São, portanto, incapazes de afirmar os seus interesses de classe em seu próprio nome, seja através de um parlamento, seja através de uma convenção. Não podem se representar; precisam ser representados” (Marx, 1977, p.239, ênfase do autor, ZN)

Se foi assim e as palavras do autor transformadas em preceitos *quasi-religiosos*, os desenvolvimentos políticos seguintes e a ação de mobilização e luta social deveriam sempre, na lógica operacional dos partidos comunistas, tentar manter subordinado um grupo social, o campesinato, subjugado aos interesses da “classe universal” (o proletariado urbano). Esta ilógica proposta política propunha aos camponeses, na prática, que se rendessem politicamente, inclusive porque seriam, de qualquer forma, “liquidados sob a lógica econômica” (quando não fisicamente, como aconteceu em diversos países), seja no desenvolvimento do capitalismo (pela disseminação da vulgar idéia de que transformações econômicas no campo eliminariam o campesinato, o que o leninismo propagou amplamente ao longo do Século XX, tendência refutada pela história), seja no socialismo, onde a estatização dos meios de produção, certamente, também eliminaria a propriedade privada, mesmo que minúscula e sob o domínio de camponeses pauperizados. É inconcebível que esta contraditória proposta, um dogma em si mesmo exprimindo um *reductio ad absurdum*, possa ter sido mantida por tempo tão considerável, a sua (falta de) lógica contestada apenas a partir da década de 1960, por autores como o citado Huizer, em um período que, gradualmente, outros autores igualmente denunciaram esta suposta “lei antropológica” – de fato, uma chocante contradição que poucos ousaram denunciar (ver, por exemplo, Shanin, 1985).³²

No Brasil, José de Souza Martins ousou criticar claramente esta visão economicista e condenatória difundida por um marxismo vulgarizado, que manipulou a obra de Marx e manteve tal doutrina por longo tempo. Seu artigo de 1981 (“Os camponeses e a política no Brasil”), por esta razão, permanecerá como um clássico

³² O delineamento geral desta crítica, no entanto, já era conhecido nos anos setenta! (ver Duggett, 1975).

de nossa literatura sobre os processos sociais rurais, estudo ainda não superado por nenhuma publicação posterior. Segundo Martins,

“(...) O transplante da concepção de camponês de outras realidades históricas, em especial da realidade russa do final do Século XIX e do começo do Século XX, é um procedimento que encontra dificuldades para enquadrar e explicar a situação das lutas sociais no meio rural brasileiro. O destino do campesinato brasileiro se concebe através de um critério externo (como é estranha a própria palavra que o designa) e que não corresponde à sua realidade, às contradições em que vive (...) a exclusão do camponês do pacto político é um fato que determina o entendimento sobre a sua ação política (...) A ausência de um conceito, de uma categoria que o localize na sociedade e o defina de modo completo e uniforme, constitui com exatidão a clara expressão acerca da forma em que se controlou sua participação em tal processo – como alguém que participa como se não fora essencial (...) esta exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que os acontecimentos políticos mais importantes da história contemporânea do Brasil se relacionam com os camponeses” (Martins, 1981b, passim, ênfase do autor, ZN)

O texto de Martins repete analogamente o clamor de Gramsci, quando este pensador e ativista marxista saudou a revolução russa como um evento político “contra *O Capital*”, ou seja, contra o mecanicista roteiro que então conduzia os marxistas daquele período, imobilizando-os à espera do acirramento “inevitável” das contradições do capitalismo e assim menosprezando a importância das lutas sociais.³³ Se lido corretamente, o artigo de Martins igualmente reivindicou a necessidade de leituras críticas e pesquisas empíricas acerca das formas de protesto social, os conflitos rurais e os movimentos sociais que mobilizaram camponeses como protagonistas na história passada brasileira. Mas aqui, mais especificamente, Martins, *a la* Gramsci, poderia ter saudado tais lutas como manifestações “contra *O dezoito brumário*” e a mistificação simplificadora do marxismo posterior, qual seja, a opção política que tentou retirar os pobres do campo da vida política. O que sobressai, à luz das sintéticas ponderações desta seção, é, novamente, a ambigüidade de uma bibliografia brasileira cuja inspiração teórica em Marx parece desconhecer essas contradições (e se conhece e desconsidera-as, então estaríamos no campo das

³³ O comentário de Gramsci (dezembro de 1917) é tão surpreendente em sua dimensão revisionista que vale a pena reproduzi-lo: “*The Bolshevik Revolution consists more of ideologies than of events (...) This is the revolution against Karl Marx’s Capital. In Russia, Marx’s Capital was more the book of the bourgeoisie than that of the proletariat. It stood as the critical demonstration of how events should follow a predetermined course: how in Russia a bourgeoisie had to develop, and a capitalist era had to open, with the setting-up of a Western-type civilization, before the proletariat could even think in terms of its own revolt, its own class demands, its own revolution. But events have overcome ideologies. Events have exploded the critical schemas determining how the history of Russia would unfold according to the canons of historical materialism. The Bolsheviks rejected Karl Marx, and their explicit actions and conquests bear witness that the canons of historical materialism are not so rigid as one might have thought and has been believed*” (Gramsci, *in* Forgas, 2000, p.33).

discussões éticas).³⁴ O resultado mais geral desta incorporação teórica acabaria sendo até divertido, pois a maior parte dos autores influenciados pela tradição marxista, no Brasil e em outros países, tem hesitado atabalhoadamente entre dois extremos igualmente problemáticos, seja a aceitação passiva da visão reducionista (que minimiza o papel das lutas sociais dos mais pobres do campo) ou, então, no caso brasileiro e especialmente nos anos mais recentes, tem adotado a glorificação ingênua (pois sequer fundada em pesquisa empírica digna do nome) daquelas lutas sociais, especialmente as empreendidas sob a direção do MST.³⁵

O peso do dogmatismo (III): o faz-de-conta sobre as realidades sociais rurais

Uma das mais surpreendentes facetas da literatura brasileira que vem analisando os processos sociais em áreas rurais no período contemporâneo diz respeito à sua incapacidade de relacionar as intensas mudanças produtivas

³⁴ Martins aponta mais claramente este desencontro entre o passado teórico do marxismo e as ambigüidades do presente em um curto artigo recente, onde revela a oposição entre os "teóricos marxistas" e os sem-terra. Revela outra faceta que este artigo procura esclarecer, quando sugere que aquela dicotomia aponta que "(...) a revolução dos sem-terra é também uma revolução dos sem-teoria, pois desprovidos de um referencial teórico que lhes diga e nos diga em que os teóricos do lugar inócuo do campesinato no processo histórico se enganaram, inclusive Marx, e em que a prática dos sem terra os desmente (...)" (Martins, 2008b).

³⁵ Um emblemático exemplo recente foi a manifestação de docente que tem a credencial de integrar a principal universidade brasileira. Heloísa Fernandes, professora da USP, ao apresentar um comentário assinado em evento realizado em Porto Alegre (29 de julho de 2008), afirmou que "(...) nos acampamentos e nos assentamentos do MST, estudam-se as obras do Florestan Fernandes e do Paulo Freire, mas, também, do Caio Prado Junior, do Sérgio Buarque de Holanda, do Milton Santos (sic), todos estes e muitos outros intelectuais brasileiros, de renome internacional, que pesquisaram, publicaram, denunciaram (...) um perigo, um escândalo, uma afronta, que é como o MST costuma ser apresentado pelos jornais, revistas e televisão. Ainda mais quando este David resolveu enfrentar o verdadeiro Golias, o grande capital transnacional, um adversário muito mais forte e poderoso que a oligarquia latifundiária!". Este enredo quimérico sequer situa-se como uma boa comédia, apenas comprovando a incrível falta de seriedade de alguns de nossos professores mantidos com fundos públicos, já que esta socióloga foi apenas "capturada", com inacreditável ingenuidade, pelo MST, o qual, por sua vez, usa o nome de Florestan Fernandes, pai da citada personagem, para denominar a sua escola de formação política recentemente instituída em São Paulo. Um democrata radical, Florestan Fernandes provavelmente discordaria do uso de seu nome para coonestar atividades que são meramente doutrinárias, no pior sentido do termo, e nem (ainda mais patético) nenhum dos dirigentes da organização, sem qualquer dúvida, sequer saberia citar algum exemplo, diminuto que fosse, de contribuição analítica do "pai da Sociologia brasileira". Formado na estreiteza autoritária da Igreja Católica, o MST desenvolveu impressionante prática interna antiintelectual, coibindo qualquer pluralidade de idéias e seguindo a mais limitada visão de um marxismo de cartilha, que torna seus militantes completamente ignorantes sobre a vida política e social em nosso país. Ao apoiar a manutenção de uma formação que infantiliza jovens rurais, mas não os educa, Fernandes, a filha, apenas desmoraliza sua biografia. Infelizmente, manifestações levianas como esta parecem estar grassando em nossa principal Universidade, onde uma esquerda delirante pontifica sobre o mundo a partir de suas platitudes e tantas certezas. Algo folclórico, o filósofo Paulo Arantes, da mesma Universidade, certamente sem jamais ter visitado algum rincão rural, despudoradamente segue o mesmo diapasão: "Daí outra particularidade deste Movimento sem igual: o único a incorporar metodicamente ao seu sistema de referências os grandes marcos da reflexão que delimitam a tradição crítica brasileira. De Caio Prado Júnior a Celso Furtado, cuja originalidade até hoje faz pensar, só o MST soube reconhecer." (ênfase do autor, ZN). E prossegue desassombrado: "A educação como 'formação' - na acepção mais substantiva do termo - acompanha em profundidade cada uma das etapas dos lemas estratégicos do Movimento: ocupar, produzir, resistir". Ridículo é termo generoso para qualificar tamanha ignorância sobre a realidade do Movimento e, especialmente, sobre a realidade agrária brasileira. A entrevista pode ser lida no endereço eletrônico: http://www.adufrgs.org.br/conteudo/sec.asp?id=cont_adverso.asp&InCdMateria=1196

desencadeadas no período expansionista da economia brasileira, a partir de 1968 e durante a década seguinte (o chamado “milagre brasileiro”), com os desenvolvimentos seguintes, especialmente depois que esta expansão foi interrompida com a grande “crise da dívida”, nos primeiros anos da década de 1980. Sem sugerir aqui maior detalhamento, inclusive porque os aspectos epifenomênicos daqueles anos foram bastante estudados e existe bibliografia conhecida a respeito, discuto, contudo, nesta parte, dois ângulos específicos que lançam luzes, assim espero, sobre nossas incertezas analíticas. Primeiramente, o fato da modernização agrícola da década de 1970 ter constituído uma geração de produtores (incluindo milhares de “familiares”), inicialmente em algumas regiões agrárias do Centro-Sul, os quais passaram a se orientar por uma racionalidade técnica completamente diferente do passado, desenvolvendo comportamentos sociais impulsionados por uma busca de ganhos que não mais seriam derivados, necessariamente, da dimensão da propriedade, mas agricultores especialmente motivados pela produção de lucro nascida de ganhos de produtividade decorrentes de uma lógica capitalista que se instalou nos anos da modernização.³⁶ Seriam os agricultores que gradualmente deixaram de organizar a sua atividade a partir de uma “racionalidade do passado”, quando produziam seus ganhos em função, exclusivamente, de aumentos da área por eles cultivada para, gradualmente, organizar a produção a partir de uma intensa busca de produtividade assentada na contínua intensificação tecnológica, ampliando os resultados econômicos em função dos ganhos daí decorrentes. Esta geração de agricultores, visando maximizar lucros, foi também aquela que (principalmente) garantiu, na “década perdida” dos anos oitenta, a oferta de alimentos e matérias-primas de origem agrícola no Brasil, consolidando-se, cada vez mais, como a “face moderna” dos produtores rurais. Foram esses agricultores, agora movidos pelos ditames da agricultura moderna, que asseguraram ainda naquela mesma década (e, ressalte-se, em meio à persistente crise econômica então reinante), a consolidação de uma estrutura de produção que, pela primeira vez na história brasileira, também passou a garantir uma oferta de alimentos e matérias-primas que se ajustava à demanda existente, padrão que apenas foi sendo refinado com o passar dos anos, com a agricultura sendo capaz de convergir, sem maiores dificuldades, na direção de uma estrutura de demanda determinada pelos níveis de renda da população.

Particularmente pressionada pela elevação dos preços das terras no Centro-Sul decorrente das primeiras fases da modernização, esta geração de agricultores buscou a ampliação da fronteira agrícola, ocupando o Centro-Oeste, logo transformando esta região na principal região de produção de grãos no Brasil, a partir do final dos anos oitenta em diante. Em face de tal movimento da produção e considerando as suas características e resultados, mormente no que diz respeito à

³⁶ Sempre será importante relembrar que o crescimento da produção agrícola brasileira, até os anos setenta, se deu, quase exclusivamente, por aumento da área plantada. A modernização empreendida naquela década, contudo, ao formar esta geração de agricultores crescentemente orientada por uma ótica propriamente capitalista, modificou os resultados nos anos oitenta. Ao final desta década, pouco menos de 20% do aumento da produção já era derivado exclusivamente dos ganhos de produtividade, tendência que apenas aumentaria nos anos seguintes, assim instalando, definitivamente, uma nova racionalidade motivadora de número crescente de agricultores.

participação da agricultura no desempenho do PIB, ao longo dos anos,³⁷ especialmente em decorrência desta contínua ocupação da fronteira agrícola organizada por agricultores modernizados, surgem diversas perguntas irrespondidas, especialmente quando discutimos processos sócio-políticos, como a reforma agrária. Entre tais indagações, para exemplificar: seria possível, com tal transformação produtiva, sequer considerar como razoável analiticamente (e politicamente viável) alguma proposta de mudança radical da produção agrícola e sua forma de propriedade? Ou, em outras palavras, mais cruamente: é possível emprestar algum nível de seriedade, mínimo que seja, às idéias correntes entre tantos círculos, de “reforma agrária radical” ou, ainda, de “mudança profunda” na estrutura de produção, afrontando o que a ideologia marxista vulgar chama de “agronegócio”, como eufemismo para a grande propriedade comercial? Seria possível reorganizar a agricultura brasileira sem a contribuição dos setores mais modernizados dedicados à produção de grãos? Aqui também encontramos uma sucessão de formulações que são fantasiosas, por se curvarem tão somente ao que o primarismo ideológico sugere, sem sequer se perguntarem sobre as conseqüências, caso fossem implementadas, do ataque à parte economicamente mais significativa da agricultura brasileira, responsável por impedir, na prática, que o PIB brasileiro tenha observado taxas ainda mais medíocres, nas décadas de oitenta e noventa (e, nos anos mais recentes, responsável principal pela formação de freqüentes superávits comerciais).

O outro aspecto a ser mencionado nesta seção diz respeito à “mercantilização da vida social” em áreas rurais decorrentes da expansão econômica iniciada na década de 1970. Aqui me refiro, em especial, ao que chamamos, na literatura, de uma “Sociologia do dinheiro”,³⁸ qual seja, um esforço de interpretação dos processos sociais associados à crescente tessitura social moldada pela monetarização das relações sociais e do mundo da vida, em associação com o fenômeno correspondente de multiplicação de mercados, a partir dos quais se constroem as práticas sociais, a cultura, as visões de mundo, enfim, a própria sociedade. Inclusive instituindo novos padrões de moralidade, esta estrutura conformadora das práticas sociais, o que Durkheim, no alvorecer da Sociologia, insistia como sendo “o mínimo indispensável, o estritamente necessário, o pão diário sem o qual as sociedades não subsistem”, assim indicado ser a moralidade uma estrutura a ser decifrada pela Sociologia.³⁹ Em

³⁷ O exame do desempenho da agricultura durante o período citado, particularmente durante a década de 1980, quando as taxas de crescimento do PIB brasileiro desabaram (média anual de 2,4%), o fenômeno inflacionário se alastrou e a “crise da dívida” sufocou diferentes tentativas de administração macroeconômica, pode ser encontrado em Rezende (2003). A literatura econômica relativa ao período demonstra, cabalmente, como é irresponsável a inscrição do ataque ao agronegócio (leia-se, a grande propriedade comercial) na agenda do MST e a rápida adesão por parte de pesquisadores militantes, quando se lembra que, de fato, a agricultura (o que inclui os agricultores familiares, evidentemente) “salvou” a economia brasileira de desastre ainda maior, durante as duas décadas de baixo crescimento (os anos oitenta e noventa). Causa perplexidade esta postura, à luz do desempenho da agricultura como setor produtivo e seu papel na economia brasileira.

³⁸ Trata-se de campo temático crescentemente pesquisado (Dodd, 1994; Ingham, 2004; Maurer, 2006). No caso de processos sociais rurais em regiões rurais brasileiras, a tese de doutoramento de Marcelo Conterato é pioneira neste campo (Conterato, 2008)

³⁹ A discussão sobre moralidade em Durkheim permeia toda a sua obra, mas a citação é extraída de *A divisão do trabalho* (1893). Martins, em diversos de seus trabalhos, acentua a necessidade de estudos empiricamente mais rigorosos, que procurem perceber as dimensões da cultura, da história e das práticas sociais “de baixo” e não a

sociedades, como a brasileira, onde um vibrante processo de democratização está em curso desde meados da década passada, este processo é apenas aparentemente “econômico”, mas, na realidade, tem profundas implicações sócio-culturais. Potencializa a metamorfose de todos os atos humanos do cotidiano em espaços mercantis, que vão lentamente estruturando seus próprios mercados, supõe uma estrutura de governança que articula a sociedade e o Estado na busca de uma regulação, idealmente democrática, desses mercados e das novas hierarquias decorrentes e, também, em relação às redes sociais que vão sendo continuamente reformuladas em seus novos entrelaçamentos. Favareto, usando talvez melhor Sociologia, resgata o brilhantismo weberiano para examinar tais mudanças sociais pelo ângulo do debate realizado pelo autor clássico sobre a “racionalização da vida social” (Favareto, 2006a). O mundo rural brasileiro, por certo, não tem ficado à margem dessas profundas mudanças em desenvolvimento na estruturação societária dos anos mais recentes, fazendo com que uma crescente proporção das famílias rurais igualmente se integre a esses circuitos sociais determinados por uma lógica monetária decorrente da expansão capitalista. Desconhecer esses processos, desta forma, em nome de modelos interpretativos supostamente sociológicos e fundados em uma “tradição marxista” parece ser mais uma face curiosa, quando não juvenil, de uma “Sociologia do mundo rural” que, em nosso país, parece estar desnordeada e tornada cega pelo peso do militantismo. Os discursos, propostas e supostas análises sobre assentamentos rurais, por exemplo, os quais sugerem, para a perplexidade dos mais atentos, que famílias rurais mais pobres procurariam a reconstituição de uma vida comunitária não mercantil, uma evocação de um passado remoto sob o qual o modo de vida pode prescindir da passagem monetária pelos mercados, não resiste a nenhuma verificação empírica, em nenhuma parte das regiões rurais brasileiras.⁴⁰

partir de categorias externas definidas previamente por mediadores. No que diz respeito, especificamente aos assentados, o autor propõe uma discussão específica em dois livros de grande relevância, cuja originalidade e densidade analítica se distanciam fortemente da mesmice que tem caracterizado os estudos sobre assentamentos rurais no Brasil. Esses livros são *O sujeito oculto* (2003) e *Travessias*, também publicado no mesmo ano, este último como organizador de artigos escritos por uma equipe de pesquisadoras. Como seria esperado em ambiente acadêmico dominado por uma Sociologia partidarizada, são livros que ainda não receberam a atenção que merecem como marcos explicativos sobre tais temas.

⁴⁰ Certamente nenhum outro tema é mais próximo do banal e irrelevante, em nossa produção acadêmica, nos últimos vinte anos, do que as dissertações e teses sobre assentamentos rurais. Pouquíssimos desses trabalhos escaparam da superficialidade, sendo principalmente descritivos e, quase sempre, espantosamente desinformados sobre o significado do trabalho e a vida rural (para não citar que a grande maioria foi elaborada sob o comando dos interesses políticos do MST). São os trabalhos que citam profusamente falas, muitas delas sem maior significado, de agricultores pobres, alçadas à condição de “sabedoria popular”, em procedimento que, de fato, revela o preconceito implícito de pesquisadores urbanos de classe média, incapazes de perceber a dimensão humana dos cidadãos que habitam os ambientes rurais. São também os trabalhos que se organizam sobre um princípio, nem sempre afirmado, de serem os assentamentos áreas que “estão acima da realidade”, em relação aos demais agricultores familiares pré-existentes na região. Sugerem implicitamente, muitos deles, até mesmo que seriam, quem sabe, “pessoas diferentes”, pois os estudos pretendem demonstrar que nessas novas áreas prevaleceria agora um “ciclo virtuoso” operado por virtuosas pessoas. Desta forma, a realidade agrária e suas vicissitudes não se constituem no contexto da maioria desses estudos, como se os assentados vivessem em outro planeta. Nesta linha, um dos mais frustrantes estudos talvez tenha sido a ambiciosa pesquisa coordenada por Leite *et al* (2004), sem dúvida um dos mais caros estudos já encomendados pelo Governo Federal, cujos resultados ficaram aquém de suas promessas, exatamente por ser investigação exclusivamente centrada nos assentamentos e sua descrição interna. Não sendo os autores capazes de situar a

Concomitantemente, propostas do MST que também repetem tais delírios têm sido recebidas no meio acadêmico, às vezes até com entusiasmo, o que é uma prova do desfocamento ideológico e de abissal desconhecimento das realidades empíricas existentes em ambientes agrários.⁴¹

O peso do dogmatismo (IV): o debate teórico recente e a indolência intelectual

Nesta breve seção desejo registrar um outro impedimento que o dogmatismo marxista, em associação com as práticas típicas de uma Sociologia militante, produziu em nossos estudos sobre o mundo rural. Refiro-me ao limitadíssimo esforço realizado no sentido de acompanhar a literatura internacional (particularmente aquela de língua inglesa) e os autores mais representativos e criativos que inovaram fortemente a produção teórica do período recente. Entre aqueles colegas da comunidade brasileira que tiveram a fortuna de poder acompanhar a literatura internacional, certamente se encontrará concordância acerca desta verdadeira revolução teórica, sobretudo na Sociologia dos processos sociais rurais publicada em língua inglesa (e, particularmente, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na Holanda). Nas últimas três décadas, paradigmas antes consolidados sobre o desenvolvimento agrário e os processos sociais, à esquerda e à direita, foram sendo radicalmente modificados em sua arquitetura teórica, igualmente sob o impacto das profundas mudanças na própria teoria sociológica. Desta forma, é provável que os estudiosos deste campo disciplinar concordem, por exemplo, que a Sociologia dos processos sociais rurais foi modernamente inaugurada, de fato, pelo artigo de Mann e Dickinson (1978), antes citado. Este foi o artigo que pioneiramente demoliu com uma premissa então existente, a qual sustentava, em particular, a versão ortodoxa de um marxismo que se manteve durante quase todo o século passado. Aqueles autores alertaram, pela primeira vez, para a *forma específica* do desenvolvimento capitalista na agricultura, realçando a especificidade do “peso da natureza”, traduzido em um obstáculo que

formação de tais áreas no âmbito da economia política das regiões e, menos ainda, no contexto do desenvolvimento agrário brasileiro, o tom geral do trabalho acaba sendo de idealização, indicando “virtudes” dos assentamentos onde, de fato, existe apenas a multiplicação de pequenos produtores em meio aos impasses permanentes do mundo agrário. Mas existem exceções, certamente, e para não deixar dúvidas, meramente como ilustração que é também geográfica, cito os importantes estudos de Zimmermann (1989), realizado no Rio Grande do Sul; Brenneisen (2004), no Paraná; Neves (1997), no Rio de Janeiro, e Holanda (2008), este último um estudo realizado no Ceará.

⁴¹ A ilustração paradigmática da pobreza da maioria das dissertações, teses e estudos sobre assentamentos rurais se manifesta na ênfase religiosa dos autores (novamente obedientes ao leninismo da direção do MST) sobre os supostos “coletivos sociais” existentes nestas áreas reformadas, quase sempre se sugerindo, pelo menos implicitamente, que esses comportamentos seriam “a ante-sala do socialismo”. Critiquei esta ingenuidade em estudo (não publicado) sobre o primeiro assentamento brasileiro onde o MST tentou implantar *manu militari* uma cooperativa que pretendia coletivizar as atividades dos assentados, proposta organizacional que, posteriormente, foi imposta em muitas outras situações, até que seu fracasso obrigasse o recuo de tais tentativas. (Navarro, 1994). João Pedro Stédile, contudo, tentou escamotear tal fato, sugerindo ter sido aquela primeira cooperativa um “caso único”, em observação de evidente má-fé (ver Stédile e Fernandes, 1999, p. 103).

historicamente antepôs impedimentos para a realização do chamado “lucro médio” e, desta forma, não apenas fazendo a atividade agrícola propriamente dita um espaço hostil à realização do lucro capitalista, mas igualmente consagrando o mundo rural como o lugar social *par excellence* da agricultura familiar. Esta foi submetida, crescentemente, com a expansão do chamado capitalismo avançado, a um controle econômico “de fora”, o mecanismo encontrado pelo capital para extrair sobretrabalho da população rural. Aquele artigo balizador estimulou uma série de pesquisas e foi seguido por estudos que sustentaram, na primeira década de 1980, de fato, quase o nascimento de um outro campo disciplinar, tentativamente intitulado então de “Sociologia da Agricultura”, expressão que prosperou naquela década, até ser superada, na década seguinte, pelo impacto da globalização e um novo cenário que então se abriu nos anos mais recentes. Ainda assim, é surpreendente que os igualmente demarcadores trabalhos de Howard Newby (1980, 1983), Buttel e Newby (1980) e Buttel, Larson e Gillespie (1990), entre outros, tenham permanecido praticamente desconhecidos nas Ciências Sociais brasileiras, que permaneceram à margem de um riquíssimo debate que estimulou uma renovação profunda de nossa compreensão acerca do mundo rural no período contemporâneo.⁴² Inevitavelmente, sem esta perspectiva histórica acerca do desenvolvimento da teoria social que (re)interpretou os ambientes agrários fora do Brasil, é provável que se torne prejudicada ou até distorcida, se (e quando) emprendermos no Brasil uma “história das idéias” sobre este campo de estudos iniciado no final da década de 1970, quando ainda persistia a hegemonia das “grandes narrativas”. Sem esta leitura do tempo passado e seu encadeamento teórico seguinte, como entender a produção teórica inglesa atual e alguns de seus autores mais marcantes, como David Goodman, Terry Marsden, ou, então, a criativa produção científica de alguns holandeses, como Norman Long (de fato, um sociólogo inglês que se radicou por muitos anos naquele país) e Jan Douwe van der Ploeg, para citar apenas alguns nomes? Como aferir corretamente as múltiplas contribuições desses tantos autores e verificar a adequação das propostas teóricas para o aperfeiçoamento de nossa capacidade analítica, se optamos por fechar os olhos para o debate internacional e afirmamos, orgulhosamente, a precedência do paroquialismo acadêmico? Por força dos bloqueios criados em nossos ambientes acadêmicos, será difícil recuperar a história intelectual e acadêmica das Ciências Sociais dedicadas ao mundo rural.⁴³

⁴² Aqueles autores são referenciais e “ativaram” os esforços de renovação teórica, seguidos por um significativo número de autores, sobretudo na Europa Ocidental, em alguns casos, como na Grã-Bretanha, sendo até possível falar em uma “escola inglesa”. Não citarei outros nomes e publicações, por falta de espaço.

⁴³ Uma das razões mais óbvias para este lamentável desenvolvimento, sem qualquer dúvida, reside em nossas ligações acadêmicas com as Ciências Sociais de tradição francesa. Infelizmente, parece ser irrefutável observar que, no mesmo período em que em alguns países antes citados a produção sociológica sobre o rural tenha sido fortemente estimulada e renovada, na França movimento inverso foi verificado. A Sociologia, como teoria geral da sociedade, sofreu, sobretudo na França, os impactos desastrosos do pós-modernismo, que quase destruíram a própria possibilidade da existência da Sociologia. Simultaneamente, os estudos rurais naquele país entraram em visível decadência, arregimentando menos pesquisadores e, nenhum deles, creio, influente, criativo e inovador para além do paroquialismo acadêmico francês (a maior prova empírica desta afirmação sendo a inexistência de qualquer autor francês, nos anos mais recentes, que tenha exercido influência ou inspirado

Este quadro de interdições ideológicas, no entanto, é ainda tornado mais problemático, em nosso país, por outros aspectos. Um deles, ainda no campo das Ciências Sociais, diz respeito ao nosso escasso esforço de refletir até mesmo sobre a própria produção de colegas brasileiros responsáveis por contribuição inovadora. Correndo o risco de ser injusto, ao não citar outros pesquisadores nesta parte, mas tentando apenas manter o elo com a produção internacional antes brevemente referida, menciono, por exemplo, os dois livros lançados no início da década de 1990, por José Eli da Veiga (1991) e Ricardo Abramovay (1992), deixando no ar a pergunta sobre a real repercussão desses dois livros tão decisivos: por quê não desencadearam um novo debate entre nós, repetindo similarmente a ativação teórica animada por Howard Newby e outros de seus colegas na Inglaterra? Diferenças institucionais e de vigor acadêmico à parte, os livros de Veiga e Abramovay sinalizaram, claramente, com um “novo mundo teórico” que estava sendo oferecido aos pesquisadores, rompendo com dogmas e propondo mais criatividade e reflexão. Permitindo-me aqui um comentário extremamente simplificador, do livro de Veiga retiramos um aprendizado novo, isto é, aquele referente ao lugar social da agricultura familiar no desenvolvimento agrário (assim contrariando a tese da crescente polarização de classe em ambientes agrários), enquanto Ricardo Abramovay nos alertou, em seu livro, exatamente para as especificidades no desenvolvimento da agricultura devido ao “peso da natureza”. Por quê esses livros ficaram relativamente esquecidos, não exercendo o estímulo intelectual que necessariamente deveriam propiciar? Não seria, como sustento neste artigo, exatamente em função da interdição criada pela presença de uma Sociologia militante e o peso, irrefletido e passivamente seguido por tantos, de uma perspectiva derivada de visão primária do marxismo? Se assim não for, quais seriam então as razões para este insuficiente desenvolvimento de nossos estudos?

Mas não terminamos no campo estritamente acadêmico. Pois existe no Brasil, particularmente após a democratização pós-Constituinte, o desenvolvimento de outra tendência extremamente preocupante e que deveria ser objeto de debate urgente na comunidade de agraristas brasileiros. Refiro-me não apenas à crescente cooptação de pesquisadores por parte do Estado, através de consultorias nitidamente de “cartas marcadas”, o que acaba antecipando, quase sempre, os resultados de pesquisa em consonância com a “linguagem política” dominante (quando não com a “linguagem partidária”), fenômeno que tem se tornado corriqueiro em anos mais recentes, especialmente na presente década. Sobre este foco, deixarei de citar exemplos, por razões óbvias, assim tentando evitar o acirramento de polêmicas que não desejo alimentar neste artigo.

Mas outro ângulo precisa ser citado mais explicitamente, qual seja, a surpreendente institucionalização, na forma de políticas governamentais, portanto implicando em programas, recursos humanos e fundos públicos, de temas que são

estudos sobre o mundo rural). Dependentes de tais laços intelectuais (para não citar uma postura de reverência acrítica e infantil), temos sido igualmente prejudicados por esta relação, que impede que novos pesquisadores sintam-se atraídos por outros ambientes acadêmicos internacionais, concretizando um ambiente de necessária pluralidade teórica.

ainda extremamente controvertidos, quando não são claramente meras fantasias de alguns que, comandando poder político, conseguem, sem encontrar resistências maiores, transformar ideologia em política pública. Neste caso, bastaria citar alguns exemplos. Um deles, a “agroecologia”, que é apresentada inclusive em endereços eletrônicos do Estado brasileiro como uma “ciência” e, além disto, recebe o selo da institucionalização sem que tal tema tenha sequer sido debatido mais amplamente.⁴⁴ Agroecologia, como qualquer estudioso melhor informado sabe, percorrendo a literatura internacional, não representa mais do que um “nome fantasia” para englobar as diversas experiências, esforços, iniciativas e situações em que agricultores desenvolveram sistemas agrícolas onde prevalece manejo aperfeiçoado dos recursos naturais, sendo também menos dependentes de insumos agroindustriais. Seus praticantes modificam as práticas agrícolas movidos por intenções as mais variadas, na maior parte das vezes meramente em função do objetivo de reduzir custos de produção. Não implica, necessariamente, sequer uma “consciência ambiental”, embora esta possa, certamente, se desenvolver. Ou seja, sob tal rótulo poderiam ser agregadas situações empíricas de infinitas combinações, sem que nunca tenham uma “problemática teórica” que possa sustentar tais experimentos sociais como o produto de uma atividade científica. Sendo assim, como o Estado brasileiro institucionaliza algo que representa, muito mais, uma “salada social” do que outra coisa? E por quê a nossa comunidade de cientistas sociais não é capaz de problematizar tais desenvolvimentos?⁴⁵

Ainda mais patético, pois nos faz inclusive objeto de ridicularia internacional, têm sido os bizarros fatos associados ao debate sobre os chamados “organismos geneticamente modificados” (ou “transgênicos”) no Brasil. Neste caso, não apenas porque diversas conquistas tecnológicas antes desenvolvidas sob tais processos científicos já fazem parte do cotidiano dos habitantes do planeta, sem receber contestação social, mas porque o debate assumiu no país aspectos inacreditáveis. De um lado, somos reféns de ONGs internacionais, às quais nos submetemos

⁴⁴ É importante separar uma “idéia agroecológica”, ou seja,, um guarda-chuva que abriga diferentes esforços *científicos* que procuram aperfeiçoar os sistemas agrícolas sob uma perspectiva ecológica, de uma “doutrina agroecológica”, uma perspectiva ideológica que sugere que aqueles esforços organizados pelos agricultores supostamente são também “anti-capitalistas” ou “progressistas”. Para uma síntese dos fundamentos da primeira orientação, a única propriamente científica, consulte-se o breve, mas lúcido e elucidativo texto de Pedrosa (2003). No endereço eletrônico indicado na bibliografia, a autora, embora profissional atuante em campo partidário minado pela ação de agentes sociais que representam a “agroecologia doutrinária” e os ambientalistas fundamentalistas de diversos matizes, oferece diversos outros textos, especialmente sobre a problemática dos transgênicos, os quais, surpreendentemente para o senso comum externo ao partido, são sensatos e fundados em boa e sólida ciência. Ou seja, há razões para esperar melhores dias em nossos debates.

⁴⁵ Mais uma pergunta surge imediatamente: por quê não estudamos as ONGs e sua ação? No caso da agroecologia, por exemplo, não conheço pesquisa que tenha analisado *criticamente* a introdução deste tema no Brasil, inicialmente pelas mãos de um entomologista, Miguel Altieri, chileno radicado nos Estados Unidos, onde é professor na Universidade da Califórnia. Altieri é autor de livros sobre as possibilidades de disseminação da agricultura ecológica, a partir de sua experiência em sistemas agrícolas andinos (Altieri, 1996) e foi amplamente difundido no Brasil pela rede de ONGs ligada à AS-PTA. Contudo, não conheço estudos que tenham discutido realmente a sua proposta, não de ciência, mas sobre a operacionalidade agrônoma do que propõe, em sistemas agrícolas e ecossistemas, como aqueles existentes no Brasil. Estes são completamente diferentes dos andinos, que foram estruturados muitos séculos atrás e, principalmente, são ocupados por populações indígenas de marcada identidade cultural, o que inexistente no contexto brasileiro.

passivamente, sem examinar mais criticamente o que professam e propõem.⁴⁶ De outro lado, porque adotando posturas fundamentalistas, quando se observa a recusa sequer ao debate, têm sido desenvolvidas tendências obscurantistas que são profundamente anticientíficas, inclusive com repercussões nocivas em relação ao encaminhamento de programas de pesquisa realizados por empresas públicas (como a Embrapa) que poderiam representar avanços significativos para a produção agrícola dos agricultores mais pobres em nosso país, como foi o caso, apenas como ilustração, de pesquisas com mamão resistentes a determinados tipos de vírus, que ficaram paralisadas em função de pressões realizadas por ONGs neste campo. Causa algum espanto que cientistas sociais, confrontados com tais realidades, prefiram o silêncio e a omissão, de um lado, ou então se assumem claramente como luditas pós-modernos e conformam-se à cartilha da cegueira típica de algumas ONGs e de um pequeno, mas ativo, grupo de profissionais da área, muitos deles, infelizmente, alçados a posições de poder na administração governamental, posições sobre as quais reinam manipulando fundos públicos sob uma retórica pretensamente “progressista”.⁴⁷

Finalmente, talvez seja ainda relevante mencionar, mesmo que brevemente, a facilidade de aceitar não apenas modismos, mas também novas noções que, embora relevantes conceitualmente, não aprofundamos nossas reflexões sobre seu significado mais abrangente e, rapidamente, se forma uma vaga que irá repetir passivamente o que o discurso dominante requer. A expressão “agricultura familiar”, por exemplo, embora assentada sob uma densa e riquíssima literatura internacional, não foi disseminada no Brasil sob tal foco teórico (pois não houve ainda um diálogo sociológico com aquela literatura, salvo raríssimas exceções), mas representou, tão somente, uma necessidade prática conjuntural vivida no início da década de 1990 e, posteriormente, decorreu do oportunismo instrumental das organizações de pequenos produtores, que forçaram o Governo Federal a lançar medidas específicas para o assim definido setor social da agricultura.

⁴⁶ A assim intitulada “Campanha por um Brasil livre de transgênicos”, por exemplo, é amplamente financiada pela ONG inglesa “Action Aid”, uma das mais radicalizadas existentes naquele país. Sustentada por contribuições de uma classe média que desconhece completamente os países onde os recursos são aplicados, não existem aqui diversos ângulos que demandam investigação científica mais aprofundada? Por exemplo, na própria Grã-Bretanha, após um período inicial de hesitação sobre a utilização de transgênicos naquele país, sob a pressão de ONGs e alguns grupos de ativistas sociais, o governo inglês, em medida recente, liberou o uso desta tecnologia (*The Guardian*, Londres, 17 de agosto de 2008). Portanto, qual a justificativa que sustentaria uma ONG de um país onde a pesquisa com transgênicos é livre, apoiar financeiramente uma campanha no Brasil, forçando a interrupção de pesquisas neste campo científico? Não são razões meramente éticas que aqui afloram, mas também argumentos de subordinação política e condução pré-determinada de uma agenda externa imposta em função dos investimentos realizados. Se existem pesquisas sociológicas, por exemplo, analisando práticas de médicos financiados pela indústria farmacêutica, qual a diferença neste caso, quando temos ativistas profissionais financiados no Brasil por uma ONG internacional? Não mereceriam, igualmente, a atenção da pesquisa sociológica?

⁴⁷ Que adjetivo usar então para esta surrealista situação de encontrar uma organização, o MST, que também passa a combater OGMs, enquanto os assentados, em *todos* os assentamentos dedicados à produção de soja, por exemplo, utilizam sementes geneticamente modificadas? Esta absurda contradição não seria suficiente para gerar mais debate crítico entre os cientistas sociais dedicados a tais temas? Por quê se mantém o silêncio ou, ainda mais grave, o aplauso, neste caso, manifestação de profundo desconhecimento?

Neste sentido, não podendo discutir mais detalhadamente as origens, no Brasil, desta expressão, resalto apenas uma consequência analítica que tem passado ao largo de nossos debates.⁴⁸ Refiro-me ao fato de ser esta uma expressão que produz uma clara despolitização dos debates sobre o desenvolvimento agrário brasileiro. A analogia que inspira esta observação se origina dos diversos textos de Martins (2002, 2003d, 2004) sobre outra expressão recente que se tornou quase mágica no Brasil (e internacionalmente), “exclusão social”. Conforme argumenta aquele autor,

“(...) a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista (...) ‘Excluído’ é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. ‘Excluído’ e ‘exclusão’ são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados (...) O ‘excluído’ é duplamente capturado, também, porque de seu imaginário incluyente e cúmplice decorrem formas de protesto social, quando há, que se pautam pela demanda de realização dos valores e possibilidades reprodutivos da sociedade que marginaliza (...) A categoria ‘exclusão’ expressa, ao mesmo tempo, uma verdade e um equívoco. Revela o supérfluo e oculta o essencial” (Martins, 2002, *passim*, ênfase do autor, Martins)

O que esta reflexão sugere, por analogia, são duas facetas associadas à expressão agricultura familiar e sua institucionalização no Brasil, a partir de 1996, quando o Pronaf foi formalizado e uma lei estabeleceu critérios para definir este agrupamento social. Primeiramente, ao tornar-se a palavra-chave das organizações de pequenos produtores no Brasil, o foco de reivindicações mudou de lugar político, deixando de relacionar-se com as outras classes sociais do mundo rural (especialmente os grandes proprietários) e não mais problematizando os padrões de produção e distribuição da riqueza social, mas passando a ter um único norte: o Estado. Ou seja, para a disputa política existente no meio rural e, especialmente, para os interesses mais conservadores, tal expressão representa uma alternativa política cômoda, pois retira o campo dos conflitos das classes reais e concretas, e a

⁴⁸ A expressão “agricultura familiar” surgiu no Brasil no início dos anos noventa em função dos episódios relacionados à formação do Mercosul, quando organizações como a Contag foram inicialmente marginalizadas nas discussões entre os países participantes. Tal fato gerou estudos sobre situações similares, como o lugar dos agricultores familiares na estruturação do mercado comum europeu. Esses esforços convergiram para uma literatura de pesquisadores brasileiros que tinham então estudado o desenvolvimento agrário sob ângulos distintos. Os livros de Veiga (1991) e Abramovay (1992), antes citados, serviram, assim, como sustentáculo acadêmico e científico para igualmente reforçarem a idéia de um agrupamento social na agricultura que demandava então políticas específicas. Contudo, apenas a abertura propiciada durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e, especialmente, a clarividência do ex-ministro Raul Jungmann, é que permitiram a institucionalização de políticas específicas para os “agricultores familiares”, inclusive exigindo a sua delimitação empírica. Assim nasceu o Pronaf e tal expressão tornou-se cada vez mais corriqueira no Brasil.

larga massa de pequenos produtores (proprietários e não proprietários, pauperizados ou remediados), passa a ter apenas no Estado o objeto de suas demandas sociais e reivindicações. Por esta razão, "agricultura familiar" despolitiza o campo brasileiro, o que explica, em alguma medida, o abrandamento de tensões sociais em áreas rurais.⁴⁹ Enquanto o Estado brasileiro for capaz de ampliar os recursos financeiros e a implementação de políticas mais específicas para este amplo setor social da população rural, dificilmente se desenvolverá, entre os "familiares", a percepção sobre sua condição social desigual *vis-à-vis* os grandes proprietários de terra. Ou seja, e novamente em analogia com a expressão exclusão social, agricultura familiar produz, de fato, é a alienação da maioria em relação à lógica excludente da sociedade capitalista. Impossível melhor arranjo para os grandes proprietários de terra, potencializando uma *pax agraria* sem precedentes em nossa história social.

A segunda faceta a ser salientada neste breve comentário diz respeito a um ângulo ainda mais curioso, e que a comunidade de pesquisadores se recusa a discutir mais criticamente. Qual seja, se "agricultura familiar" representa a crescente capacidade de um vasto contingente populacional rural demandar, com crescente desenvoltura política, recursos do Estado, sua finalidade última é, de fato, *integrar-se* a uma lógica propriamente capitalista, internalizando ainda mais uma sociabilidade dominante e, desta forma, se alienando ainda mais sob a naturalização do "mundo da mercadoria". É assim curiosíssima a associação frequentemente difundida entre os estudiosos deste campo disciplinar sobre os "avanços políticos" representados tanto pela expansão da agricultura familiar tradicional, como também os "novos agricultores familiares", qual seja, os assentados nascidos a partir da expansão do programa nacional de reforma agrária. Em ambos os casos, são novos agentes sociais que se integram a uma sociabilidade capitalista. Portanto, como poderiam representar grupos politicamente alinhados em um campo de contestação anticapitalista? Sob os azares erráticos de tais contradições, imersos em pântano dogmático, nossos estudos ainda não ousaram enfrentar tais questões.

Tristes tempos recentes: a persistente comédia de erros, o MST e o ocaso da reforma agrária no Brasil

As seqüelas da existência, em dimensão inusual, de uma Sociologia militante que aceita seu confinamento sob os preceitos de um marxismo de cartilha, como se

⁴⁹ "(...) aceitar a centralidade do "conceito" de exclusão social seria o mesmo que recusar toda a tradição do pensamento sociológico. A concepção de "exclusão" é antidialética. Ela nega o princípio da contradição, nega a história e nega a historicidade das ações humanas. É um "conceito" ideologicamente útil à classe média e a seu afã conformista de mudar para manter. A minha crítica da concepção de exclusão e da ideologia que dela decorre é para proclamar que nelas se oculta o verdadeiro problema a ser debatido e a ser resolvido: as formas perversas de inclusão social que decorrem de um modelo de reprodução ampliada do capital, que, no limite, produz escravidão, desenraizamentos, pobreza e também ilusões de inserção social" (Martins, 2002a). Para uma visão mais geral sobre a expressão e seus desdobramentos conceituais na literatura internacional, consulte-se o artigo de De Haan (2001).

indicou, tem sido elemento rebaixador expressivo na produção de conhecimento relevante sobre os processos sociais rurais no Brasil. É provável que na discussão sobre a reforma agrária e os atores políticos mais diretamente interessados em sua implementação, o MST à frente, este enviesado e empobrecedor desenvolvimento surja mais fortemente do que em qualquer outro tema típico deste campo do conhecimento. Não podendo me estender em demasia e propor uma discussão exaustiva, por razões de espaço, mas, igualmente, porque também já submeti ao escrutínio público o aprendizado que acumulei sobre aqueles temas (Navarro, 2008; 2002; 2001), ofereço abaixo um sintético “conjunto de proposições” sobre aquela política e sobre o principal agente social a ela relacionada. São cinco curtas declarações para cada tema, que explico sucintamente, mesmo correndo o risco de um exagero simplificador. O intuito é, meramente, sugerir alguns ângulos que demonstrem a escassa preocupação que temos mantido, em boa parte de nossas análises, de permanecer em território de crítica e reflexão permanentes, escapando do círculo de debates menor, militante e ideológico, sob o qual muitos têm sido aprisionados.

Sobre a reforma agrária no Brasil, proponho o que segue abaixo:

(i) inicialmente, uma observação mais geral é necessária: repetindo a (acaciana) observação, antes referida, de ser a reforma agrária uma mera política governamental e, desta forma, uma ação do Estado que é marcada pelas diferentes conjunturas do desenvolvimento social vivido por determinado país, torna-se óbvio que *reformas agrárias não são políticas “imutáveis” ou supra-históricas*, imunes à passagem do tempo, ou não afetadas pelas transformações econômicas e sociais. Desta forma, é importante o alerta de Bernstein (2002) sobre a “época histórica” das reformas agrárias de cunho redistributivo, embora o texto deste autor referencial ofereça meramente uma leitura abrangente da conjuntura do pós-guerra e as necessidades sociais e políticas que, naquele tempo, surgiram como as mais prementes.⁵⁰ Reformas agrárias sob o peso (usualmente autoritário) do Estado, frequentemente na esteira de golpes de Estado ou processos revolucionários, são assim processos típicos dos anos 50 e 60, quando floresceram tais iniciativas governamentais, apropriadas a contextos de países agrícolas e com imensa proporção de famílias rurais pobres. Este quadro teria permanecido até a atualidade? Não obstante românticas leituras de alguns autores (ver, em especial, Moyo e Yeros, 2005; Borrás Junior, 2007),⁵¹ que ainda julgam a reforma agrária uma medida

⁵⁰ Henry Bernstein é outro autor que praticamente desconhecemos em nossos debates. Responsável por obra de reconhecida relevância, Bernstein (com Terence Byres) foi o fundador, em 1973, do *Journal of Peasant Studies* e, desde 2003, tem editado o *Journal of Agrarian Change*, as duas principais revistas acadêmicas sobre estudos agrários no mundo (mas raramente citadas em nosso meio acadêmico).

⁵¹ Leite e Avila (2007) opõem-se, em artigo recente, aos argumentos que problematizam a necessidade da reforma agrária em nossos dias. Esgrimindo dados sobre pobreza rural e os supostos impactos daquela ação governamental e seus efeitos redistributivos, sugerem um esforço para “redimensionar” o significado desta política pública, embora não expliquem exatamente o que ela representaria, em um mundo crescentemente urbanizado e dominado por um imaginário social e cultural urbanos. Os autores, desta forma, novamente aqui, parecem desconhecer as realidades agrárias e as incertezas tão marcantes que atualmente caracterizam o trabalho rural e a produção agrícola.

necessária, o fato é que os processos de expansão econômica experimentados nas duas últimas décadas, associados às transformações sociais decorrentes, tornaram esta política de muito difícil consecução pelo Estado (que, em meio a processos de democratização, não tem mais as armas fortes ou semi-autoritárias de ação do passado), para não citar outros fatores sociais que comprometeram mortalmente a necessidade de tal política governamental em nossos dias. Insistindo em sua “viabilidade” no Brasil, mas sem oferecer flexibilidade interpretativa, parte considerável de nossa literatura sobre o tema ainda mantém seu *locus* analítico nos anos sessenta, sem conseguir perceber mais amplamente as mudanças sociais e econômicas verificadas no Brasil. Em consequência, fruto desta acrítica perspectiva que ignora as mudanças do período contemporâneo, não se percebe que, senão a “morte da reforma agrária”, pelo menos vigora a sua clara desnecessidade na maior parte do território nacional, essencialmente porque não existe mais demanda para a sua implementação, na maior parte das macro-regiões brasileiras;⁵²

(ii) a demanda social para ações em reforma agrária no Brasil caiu dramaticamente nos últimos quinze a vinte anos e, de fato, não sustenta mais, socialmente, a permanência de um programa nacional. Aqui existe uma possível controvérsia, acerca do significado de “demanda social”. É a demanda potencial ou apenas a demanda que se expressa politicamente, algo como uma “demanda real”? Novamente, Martins pioneiramente opinou que demanda pela reforma agrária seria aquela expressa pela mobilização social concretizada em acampamentos e outras manifestações ativas de pressão pela formação de novos assentamentos rurais (Martins, 2003c, originalmente publicado em 2000). Este julgamento foi asperamente criticado pelo historiador Marco Antônio Villas (2001), que preferiu definir demanda pelo seu lado meramente potencial, argumento igualmente defendido por Del Grossi e Gasques (2000).⁵³ Como é evidente, a diferença numérica entre as duas posições é gigantesca: a demanda real, seguindo a proposição de Martins, não passaria atualmente de algumas dezenas de milhares. A demanda potencial, contudo, poderia sugerir um total de interessados englobando milhões de pessoas, supostamente reivindicando acesso a uma parcela de terra.

Creio ser a opinião de Martins a correta, porque esta reivindicação precisa materializar-se, para se tornar de fato uma “demanda social”, em sua forma política, pois é somente assim que sua expressão se torna real, exerce pressão sobre as

⁵² Por esta razão, venho sustentando que toda a ação governamental nesta área deveria ser dirigida ao chamado “polígono das secas”, a única (e última) chance que ainda temos de fazer uma massiva ação de reforma na estrutura de propriedade da terra que consiga modificar os índices de Gini daquela região. Se persistir a política atual, na realidade significa, apenas, uma ação leviana dos gestores governamentais, que continuam brincando com fundos públicos, sem nenhuma responsabilização. Defendi esta ação como voz isolada (Navarro, 2001), embora recentemente José Graziano da Silva tenha apoiado esta ação focalizada para a reforma agrária (Silva, 2007).

⁵³ Villas prefere seguir um argumento curioso, insistindo que “É evidente que a demanda por terra não é representada por somente 60 mil famílias que estão acampadas, pois seria a mesma coisa que dizer que a demanda dos operários só é representada por aqueles que estão em greve” (Villas, 2001). Lembra o reducionismo marxista que prevaleceu especialmente nas primeiras décadas do Século XX, quando quase se indicava ao operariado que “cruzasse os braços”, pois a revolução socialista seria “inevitável”, em face da contradições inerentes ao sistema capitalista, diretiva imobilista que Gramsci criticou asperamente.

autoridades correspondentes e pelo menos pode forçar uma discussão sobre a implementação de políticas e alocação dos fundos públicos. Além disto, se os potenciais interessados, em regimes democráticos (portanto, com liberdade de organização), não aderem à ação coletiva proposta, outros atores falarão em seu nome, o que introduz uma imediata controvérsia sobre a legitimidade da representação e das decisões ultimadas (o que discuto nesta seção, em relação ao MST). Por razões similares às defendidas por Martins, parece ser clara a queda da demanda social no Brasil por ações de reforma agrária, não apenas afetada pelo intenso processo de urbanização ocorrido nos últimos trinta anos, mas também pela sua reduzida expressão numérica sob a qual a demanda social tem surgido, em diferentes regiões brasileiras, a exceção sendo, nos dias atuais, a grande região Nordeste, onde o MST e outras organizações, em alguns estados, conseguiu ativar a mobilização social em proporção significativa, o estado de Pernambuco sendo talvez o mais expressivo naquela região;⁵⁴

(iii) tecnicamente falando, nunca houve reforma agrária no Brasil, ainda que os números relativos à arrecadação de terras e o número de famílias assentadas, nos últimos doze anos, sejam bastante significativos. Entre 1996 e o final do atual mandato presidencial, em 2010, provavelmente terão sido assentadas 1,5 milhão de famílias, número que é indiscutivelmente expressivo, se comparado à população total mais pobre ainda residente em áreas rurais. Reforma agrária implica em uma transferência de direitos de propriedade, ação que é irrecorrivelmente imposta pelo Estado, em função de seu monopólio de poder e, sempre, também implica em perda, patrimonial ou financeira, ainda que parcial, experimentada pelos antigos proprietários. Em processos políticos mais traumáticos, esta perda pode ser total. No caso brasileiro, desde o Estatuto da Terra e a ambição de realizar uma reforma agrária “quimicamente pura” (ou seja, sem conflitos ou perdas para os desapropriados),⁵⁵ o que observamos tem sido diferente. Concretamente, temos tido uma política de formação de assentamentos rurais que implica em uma parcial ação de força (qual seja, o ato desapropriatório exercido sobre alguns tipos de imóveis, aqueles passíveis de sofrerem esta ação), mas os desapropriados recebem pagamento, ainda que com títulos públicos, pela terra nua transferida e, sobre as

⁵⁴ Em novembro de 2007 surgiu uma pichação em um muro de viaduto da maior avenida da cidade de Porto Alegre (a Avenida Perimetral), no cruzamento com outra importante avenida, a Carlos Gomes. Dizia: “130 mil famílias sem terra”. Quem o fez certamente não sabia da suprema ironia contida na frase e, menos ainda, não sabia ser falsa tal estimativa. Esta suposta demanda social por terra no Rio Grande do Sul exprime, de fato, a manifestação concreta do pensamento mágico sobre o tema. Este número, na realidade, é apenas a repetição de um cálculo realizado em 1975 (!) por João Pedro Stédile, então assessor da CPT gaúcha, simplesmente somando o total de assalariados rurais (e a média suposta de suas famílias) ao total de pequenos produtores, proprietários e não proprietários (e os respectivos membros da família estimados) que utilizavam áreas com até dez hectares de terra. O número total vem sendo repetido, desde então, sem que nenhuma outra atualização tenha sido realizada, parecendo que a realidade agrária no Estado foi “congelada”. Não obstante o crescimento absoluto da população, também neste estado ocorreu um decréscimo relativo brutal da população rural (a taxa de urbanização, que era de 31,1% em 1950, atingiu 81,6% em 2000), transformando aquele número em uma simples quimera. Certamente que a demanda por terra no Rio Grande do Sul, atualmente, jamais atingiria sequer um décimo do total indicado na pichação referida.

⁵⁵ Segundo a *boutade* de seu formulador, José Gomes da Silva, o notável animador da reforma agrária no Brasil, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e ex-presidente do INCRA.

benfeitorias e melhorias realizadas, os proprietários são indenizados em dinheiro. Ora, não havendo perda econômica neste ato, pois são títulos sobre os quais incidem correção monetária e juros anuais, tecnicamente não estamos falando, de fato, de um processo de reforma agrária. Sobretudo no período mais recente, quando as TDAs recebidas por proprietários desapropriados têm tido um curso bastante razoável de conversão nos mercados financeiros e o deságio tem sido baixo. Sobre este pano de fundo mais geral, no entanto, em anos ainda mais recentes, na presente década, cada vez com maior frequência, o Estado brasileiro tem reduzido suas ações de desapropriação e tem realizado especialmente compras de imóveis para formar os novos assentamentos, pois em face da modernização produtiva estão escasseando aqueles imóveis passíveis de serem arrecadados compulsoriamente para o programa de reforma agrária sob os ditames da Lei. Portanto, menos ainda estamos falando de reforma agrária e, mais, de uma política estatal de compra de terras para fins de formação de novos assentamentos rurais.

Sob tal leitura geral, os propósitos e a natureza de nossas instituições e normas informadas pela ação governamental destinada à reforma agrária, de fato, nunca o foram realmente estruturadas com tal finalidade, e assim observamos uma ação do Estado que, ao fim e ao cabo, se destina meramente a formar novos mercados de terras, ampliando o leque de proprietários. A maior prova desta ambição talvez seja a instituição originária do ITR, o qual se destinaria, assim se propagava, a ser o instrumento para forçar a modernização das atividades produtivas entre os proprietários que subtilizavam suas terras.⁵⁶ Sob este vôo panorâmico, surgem diversas perguntas, mas a principal delas ilumina as demais: se a reforma agrária, tal como definida pelos termos legais no Brasil, de fato, não tem o significado técnico desta política, mas é apenas, quando muito, aparentada de uma ação de redistribuição de terras e, além disto, se destina muito mais a afirmar o capitalismo no campo, estimular a modernização tecnológica, consagrar o direito de propriedade, ampliar o número de proprietários *privados* integrados aos circuitos comerciais, enfim, aprofundar uma "sociabilidade capitalista", por quê nossos estudos defendem tão arduamente esta ação, ao mesmo tempo em que sustentam uma ótica que, assim se diz, pretende ser "progressista" e, supostamente, "de esquerda" e anticapitalista? Não seria porque não entendemos, na realidade, o significado de processos de expansão econômica e suas repercussões no mundo rural, conforme sumariamente adiantado nas primeiras seções deste artigo?

(iv) o que se chama atualmente no Brasil de reforma agrária apresenta inúmeras contradições e dificuldades de toda ordem. Sobressaem, contudo, dois aspectos que imputam ao processo uma dimensão farsesca. Inicialmente, o fato de a ação governamental ter se concentrado, neste período de recente aceleração, em desapropriar ou comprar terras especialmente na região Norte do país. Deixando de lado implicações ambientais (embora sejam estas cada vez mais graves e urgentes), esta preferência geográfica, de fato a opção que restou, em face dos altos preços das

⁵⁶ Uma brilhante análise da lógica do ITR, assim como o destino de sua implantação no caso brasileiro foi oferecida por Oliveira (1999), onde o autor demonstra a natureza contraditória deste tributo.

terras em outras regiões, está transformando a reforma agrária, na prática, em uma ação regionalizada. Se tem sido assim, por quê não discutimos mais abertamente o que está em andamento, talvez então optando por um processo regionalizado mais apropriado, pois concentrado, *grosso modo*, no Nordeste (conforme discuto abaixo)? Por quê os pesquisadores, sob a propaganda do MST (que se enfraqueceria, claro, com um programa que fosse meramente regional) não tem a coragem de discutir mais abertamente tais possibilidades?⁵⁷

O segundo aspecto que torna o atual programa um engodo vendido como reforma agrária “de verdade” foi desvendado em extraordinário estudo recentemente concluído, mas que recebeu quase nenhuma discussão na comunidade de agraristas. Refiro-me à pesquisa de Marques (2007), que esmiuçou os gastos implicados nos dois principais mecanismos governamentais utilizados para arrecadar terras, o tradicional, pela via da desapropriação, e o de aquisição de terras, inclusive avaliando as diferenças existentes segundo as diferentes regiões. Este estudo, provavelmente sem que fosse esta a intenção do autor, na realidade representa um verdadeiro *turning point* em nossa compreensão sobre a reforma agrária brasileira. Deixando de lado as inúmeras conclusões deste demarcante estudo, uma se destaca claramente: a via de compra de terras é bem mais barata do que a via desapropriatória tradicional e, desta forma, consolida, talvez definitivamente, que não temos mesmo nada que possa ser chamado, tecnicamente, de reforma agrária em andamento no país, nos termos da definição técnica anterior. O estudo demonstra que o Estado brasileiro tem recorrido, cada vez mais, ao mecanismo de compra de terras e, igualmente (como seria esperado), que através de tal via de aquisição é mais viável proceder à arrecadação de terras nas regiões Nordeste e Norte. Esta verificação, novamente, reforça a inferência sobre a adequação da ação regional que poderia garantir resultados bem mais amplos, abandonando-se finalmente a meta de um programa que se pretende nacional, mas é cada vez mais regional. Mas há outra evidência empírica que escapa aos objetivos do estudo de Marques, a qual torna ainda mais decisivo este estudo: se for feita a comparação com outros estudos que investigaram o custo de implantação da assim chamada “reforma agrária de mercado” (ou “reforma agrária negociada”), que é o terceiro mecanismo à disposição de agricultores pauperizados interessados em obter acesso à terra no Brasil. De acordo com tais estudos (Sparovek e Maule, 2009), este terceiro mecanismo é claramente o mais barato de todos, assim antepondo uma pergunta: utilizando fundos públicos, manteremos a via tradicional da desapropriação, apenas porque o Estado é seu condutor e, quem sabe, em algumas regiões, grandes proprietários de terras serão desapropriados e, portanto, receberão sua *punição moral*? Mantida esta quixotesca orientação, talvez fosse o caso de se consultar outros setores sociais mais pobres, moradores das regiões urbanas, sobre a sua opinião acerca deste excêntrico exercício de uso indevido dos fundos da sociedade. Aquelas evidências de custo, antes citadas, também tornam caricatural os esforços

⁵⁷ Mas ressalto o artigo de Valente (2008), autora que, corajosamente, ponderou, sob diversos ângulos, sobre a necessidade de “abrir a discussão” sobre a reforma agrária brasileira.

dos adeptos de uma Sociologia militante que vêm preferindo ignorar as evidências da realidade, em suas críticas ideológicas a esta terceira via de redistribuição de terras (ver, por exemplo, a coleção de artigos para-científicos organizados por Mônica Dias Martins, 2004).

(v) em recente entrevista, o economista Guilherme Delgado, um dos mais experientes analistas do desenvolvimento agrário brasileiro, afirmou, sob típica retórica atual, que *“(...) precisamos de uma política comum que tenha capacidade de impedir o avanço do agronegócio, com a liberdade que tem hoje. Ele não tem obrigações com sua função social, obrigações de posse da terra, de meio ambiente e de respeito às relações de trabalho”*.⁵⁸ Embora seja um defensor de uma ampla reforma agrária, o autor da frase, contudo, indica uma saída possível, que entendo ser a única viável e, também, produtora potencial de resultados sociais promissores. Não temos demanda social suficiente, de um lado, e nem recursos estatais (operacionais, financeiros), de outro, para realizar um processo de reforma agrária nacional. Parece mais do que definitivo que este “é rio que nunca cruzaremos”, por impossibilidade objetiva de realizá-la nacionalmente. Consequentemente, por quê não realizá-la em imensa região, conforme antes salientado, emancipando da mais abjeta pobreza a enorme população pobre que sobrevive em áreas rurais do chamado “polígono das secas”, concentrando nesta região todos os recursos existentes e, portanto, podendo oferecer um processo de redenção social e econômica para esta população pobre (mais da metade dos “pobres rurais” se concentra sob tal área geográfica)? O restante do Brasil estaria, a partir de tal decisão, não mais sob a ação do Estado e seu programa de reforma agrária. Qual seria a contrapartida a ser exigida dos grandes proprietários de terra, os quais passariam a não mais temer ações decorrentes desta política? Exatamente o cumprimento de suas obrigações constitucionais, sobretudo no campo ambiental e trabalhista, sob pena de revogação da decisão anterior. Este é o arranjo político, social e institucional que o Estado brasileiro pode concretamente implementar, se existir ousadia e vontade política para tanto. Novamente, surge outra pergunta: por quê não são discutidos tais caminhos opcionais, na comunidade de pesquisadores, quando se sabe que manter a atual política federal não passa de uma farsa que apenas desperdiça imensos recursos públicos, oferecendo aos pobres do campo não mais do que uma sobrevida, pois pulverizamos recursos escassos em imenso território de ação governamental?

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que é a principal organização que defende a implantação de processos de reforma agrária no Brasil, sugiro abaixo um outro conjunto de cinco proposições. São argumentos que, assim espero, também poderão trazer alguma luz problematizadora sobre sua ação e seu desenvolvimento recente. São as seguintes:

(i) ressalto, inicialmente, que entendo como meritória a trajetória do MST no Brasil, à luz de alguns ângulos. Cito, em particular, aquela que considero a maior vitória da organização nos anos recentes: uma reversão da correlação de forças no

⁵⁸ Conforme o jornal eletrônico *Brasil de fato* (23 de abril de 2008)

campo, na maior parte das regiões rurais brasileiras. Ou seja, se grandes proprietários de terra foram os “donos do poder” em ambientes agrários no passado, imunes e impunes, desde sempre, à ação do Estado e suas políticas e, particularmente, à ação da Justiça, esta situação modificou-se nitidamente em muitas regiões. A democratização brasileira e o crescimento do MST e suas ações permitiram esta radical e extraordinária mudança nas relações políticas entre as classes no meio rural brasileiro: atualmente, praticamente em todo o território nacional, não existe um proprietário de terras sequer que esteja protegido da ação de pressão do Movimento, caso este decida conquistar uma propriedade específica. Ainda que produtiva ou de tamanho não tão considerável, assim protegida de desapropriação de acordo com o preceituado legalmente, se o MST decidir conquistar uma propriedade determinada, quase certamente atingirá este objetivo, com algum tempo.⁵⁹ Basta ocupar o imóvel, quantas vezes forem necessárias, sujeitando-se ao inconveniente, quando muito, da desocupação temporária, em virtude de decisões judiciais de reintegração de posse. Após certo tempo, contudo, derrotado por tal desgastante pressão, o proprietário do imóvel, quase certamente, proporá a venda ao Estado, para a formação de um novo assentamento. Este é o poder do MST, atualmente, em quase todo o país, e esta mudança tem significado concreto extraordinário, pois significa, primordialmente, que um padrão de dominação social e política, os quais infelicitam o Brasil secularmente, pode estar com seus dias contados e um processo efetivo de democratização real pode estar sendo construído em áreas rurais. Se percebesse este ganho político de magnitude sem precedentes, o MST, provavelmente, organizaria uma estratégia radicalmente diferente daquela que atualmente persegue, descendo das nuvens de seus delírios ideológicos e, realmente, se aproximando das demandas sociais das classes subalternas rurais, além de buscar a sua rápida institucionalização. Houvesse mais abertura para o debate interno e a aceitação da pluralidade de idéias, e menos primarismo ideológico dentre os dirigentes da organização, o MST poderia ser atualmente a mais significativa expressão organizativa da defesa dos mais pobres no campo brasileiro;

(ii) para entender o MST e sua lógica de funcionamento, contudo, é preciso que a comunidade de pesquisadores aceite ativar seu próprio desencantamento e adote mais a cautela e prudência que são típicas dos procedimentos científicos. É surpreendente que, quase um quarto de século após a sua fundação formal, o MST ainda não tenha nenhum estudo digno do nome, que realmente interprete a organização e seu desenvolvimento, em diferentes conjunturas e em seus relacionamentos com os atores do sistema político, sobretudo o Estado e suas políticas.⁶⁰ O que temos à disposição representa, exclusivamente, o resultado de uma

⁵⁹ À luz deste comentário, causa perplexidade a facilidade com a qual muitos pesquisadores acreditam na “desigualdade de forças” que a propaganda do MST dissemina, em uma clara estratégia de vitimização que, certamente, é de grande sagacidade política, pois ilude a muitos. Impressiona a ingenuidade de tantos cientistas sociais, que pontificam sobre o “imenso poder do latifúndio” (o que é uma ficção em muitas regiões rurais), assim como a fragilidade do MST, o que é outra ficção.

⁶⁰ Desconsiderando minha contribuição para interpretar o MST (Navarro, 2002), que julgo modesta, considero que a mais ambiciosa tentativa já realizada foi a pesquisa de Bernardo Mançano Fernandes (1999). Este autor, que teve carta branca da organização para levantar os dados em todo o Brasil, produziu estudo que é

submissão infantil de diversos cientistas sociais ao discurso oficial da organização e, ainda mais grave, à censura e controle impostos pelo MST na realização das pesquisas propostas. Quantos, por exemplo, já não se submeteram às regras ditadas por um “*chefete* de assentamento”, que inclusive determina quem serão os assentados a serem entrevistados? (a maior parte dos pesquisadores esquecendo-se que estão visitando áreas públicas, que não são propriedade, nem do MST e nem dos assentados, que recebem tais parcelas em usufruto do Estado e não foram ainda emancipados). Onde estão os estudos e pesquisas que procuram com mais liberdade, isenção analítica e reflexão crítica interpretar tal organização e sua natureza e resultados, para além de uma bibliografia que somente consegue fazer a apologia fácil, inspirada em uma pobre ideologia que retira qualquer chance de produção de conhecimento real?⁶¹

(iii) a agenda política do MST modificou-se substancialmente nos anos mais recentes, tornando secundária, ao que parece, até mesmo a reforma agrária e sua expansão, sendo prova desta inesperada mudança o manifesto final do congresso realizado pelo MST em abril de 2007, em Brasília. Naquele documento, a exigência específica relacionada à reforma agrária ocupou quase nenhum dos itens desta carta final, em decisão algo surpreendente, porém reveladora do esgotamento desta política no Brasil, bem como da definitiva ideologização da organização. Nos anos deste século, gradualmente, o MST foi ampliando a agenda de suas demandas, desde as ações contrárias à ALCA, quando este projeto ainda existia, depois incorporando o combate aos OGMs, à privatização da Vale do Rio Doce e, mais recentemente, até mesmo uma inacreditável proposição de reforma tributária assinada por seu dirigente principal.⁶² O que este alargamento de suas bandeiras de

claramente importante do ponto de vista descritivo, ainda não superado (e nem o será, estou certo, em vista das interdições férreas do MST). Mas o estudo peca por não se prender a nenhum arcabouço teórico digno do nome e, desta forma, não tem conteúdo interpretativo, além de ter sido limitado analiticamente, em função da notória militância do autor.

⁶¹ Embora tentado, não citarei os autores que se pretendem estudiosos da reforma agrária e do MST, comentando seus trabalhos. No Brasil, são raros aqueles que escapam de seu militantismo e as definições (prévias) de seus estudos, a maioria inebriada pelo encantamento produzido pelas lutas sociais dos mais pobres do campo, não conseguindo manter a frieza analítica exigida pela ciência. Mas existem dois claros grupos: aqueles que se tornam publicamente militantes e vociferam contra quem escreve sem seguir sua cartilha doutrinária (e cito aqui o caso de Oliveira, 2004, por ser autor incapaz de manter a convivência acadêmica). E há os colegas melhor intencionados, que produzem estudos também em alguma medida encantados, mas por falta de melhor conhecimento sobre o desenvolvimento agrário brasileiro, neste caso ainda existindo alguma fraternidade acadêmica, quando debatendo posições discordantes. Na literatura internacional, contudo, o que já temos publicado é desastroso, pois praticamente existe apenas o mais primário desconhecimento sobre aqueles temas e, diria, sobre o Brasil. Não há nada, por exemplo, ainda publicado em inglês, sobre o MST, que realmente mereça ser citado como relevante, mas uma exceção a este padrão é o livro de Branford e Rocha (2002). Em espanhol existe o livro de Marta Harnecker (2002), mas, neste caso, estamos já dentro do mais delirante surrealismo, como é típico de tudo que já foi escrito por esta autora.

⁶² Para não insistir com excentricidades, como a destruição de experimentos agrícolas (o primeiro desses atos comandado pelo folclórico Bové, em demonstração de completa perda do senso de ridículo), ou as regulares destruições de postos de pedágio, o que parece ser o divertimento favorito do MST paranaense, entre outros atos de evidente insanidade política. Havendo alguma inteligibilidade histórica na comparação com as Ligas Camponesas, o que este artigo sugere, é tentador citar aqui a frase que abre *O dezoito brumário de Luis Bonaparte*, em face deste processo de regressão política experimentada pela organização nos anos mais recentes.

luta representa: um esgotamento da reforma agrária ou, pelo contrário, o revigoramento de uma organização que passa a ter maior escopo de ação na vida política brasileira? Para observadores mais distraídos, a segunda hipótese pode parecer a mais tentadora. Para quem conhece o mundo rural brasileiro, entretanto, este é sinal claro de, pelo menos, perda de contato político com a base social que deveria engrossar as ações do MST, pois é evidente que tal ampliação da agenda do Movimento o torna periférico e distante dos interesses dos mais pobres do campo. Não é preciso insistir muito, por serem fatos sobejamente conhecidos em nossa literatura, a ocorrência de uma óbvia similaridade entre a história recente do MST e a trajetória política das Ligas Camponesas no Brasil dos anos anteriores ao golpe militar de 1964. Naqueles anos, as Ligas, turvadas por seu “sucesso político” nos meios urbanos de classe média radicalizada, não apenas mudaram sua sede do Nordeste para o Rio de Janeiro, mas ampliaram igualmente suas ambições de intervenção no sistema político, tornando-as cada vez mais distanciadas das demandas de sua base social. Esses são também alguns dos temas de uma agenda de pesquisa que não têm sido analisados em nossos esforços de investigação sociológica, presos que temos sido a uma orientação que, de fato, quase sempre tem sido pautada pelo próprio MST. Se assim não fosse, a advertência de Martins poderia iluminar, quando se refere às condições sociais em áreas rurais analisadas em seu livro *Reforma agrária: o impossível diálogo* (2003c). Segundo o autor,

“(...) O que está em discussão no livro é a situação e o destino dos trabalhadores rurais e sua contradição mais aguda no contexto da militância e da ação política: o campesinato, especialmente os acampados e os assentados dos programas de reforma agrária, dirigidos ou não pelo MST, age em defesa de valores do conservadorismo clássico: terra, trabalho, família, religião e comunidade. É o que constitui o cerne de sua utopia e justifica sua luta pela terra de trabalho” (Martins, 2001).

(iv) tenho sido voz quase isolada quando aponto os problemáticos arranjos internos do MST, embora muitos saibam sobre esses aspectos, mas preferem calar-se. São notórios os diversos procedimentos internos e decisões que, quando não controversos, são abertamente não-democráticos, exigindo posicionamentos daqueles que conhecem-nos, especialmente os pesquisadores.⁶³ Entre tais facetas internas, a contumaz persistência de procedimentos autoritários no funcionamento da organização, a suspeição de inúmeras práticas de corrupção e outras irregularidades no funcionamento das organizações satélites do MST, notoriamente

⁶³ Quem de nós não conheceu situações de interferência espúria do MST na seleção de novos assentados, em clara irregularidade? (assim formando assentamentos “com os seus”, onde exerce controle férreo, e não permitindo uma seleção objetiva fundada em critérios racionais dos candidatos a uma parcela de terra?). Essas práticas, contando com a conivência de servidores do INCRA, continuaram aos nossos dias, espalhando-se a outros órgãos públicos. O chamado “Movimento dos Pequenos Agricultores” (MPA), por exemplo, que não é nada mais do que “o braço sindical do MST”, não tendo nenhuma autonomia política, vem conseguindo fazer o mesmo em relação a financiamentos do Pronaf, desta vez contando com a conivência de órgãos públicos de financiamento. Se essas são situações a serem explicadas pelo TCU, implicam, contudo, em *processos sociais*, os quais formam o campo da Sociologia. Mas preferimos, também aqui, muitos dos pesquisadores, o silêncio.

suas cooperativas e, também, o que é um dos maiores embustes patrocinados pela organização, qual seja, o seu “setor de educação”, um esforço, na realidade, não de educar, mas de formar quadros profissionais (em si mesmo, um objetivo esperado e natural, mas sem nenhuma relação, insista-se, com “educação”). Sobre o primeiro foco, bastaria citar que na história do Movimento houve apenas um caso conhecido de dissidência que conseguiu manter-se por mais tempo sob a órbita do MST, embora atualmente marginalizado. Refiro-me a José Rainha, ainda ostentando a iconografia da organização, mas na prática agindo como se dirigisse um MST privado na região do Pontal do Paranapanema. Quase 25 anos depois de sua fundação formal, como seria possível esperar que esta organização não produzisse vozes internas discordantes? Ora, elas sempre existiram, mas a natureza não-democrática do MST, sistematicamente, impediu que pudessem se expressar e produzir um debate interno que enriquecesse os rumos a serem seguidos. Pelo contrário, o autoritarismo de seus dirigentes, moldados na cartilha leninista autoritária que inspira seu dirigente principal (e seus acólitos), sempre impediu a democratização de seu funcionamento e estrutura. Sobre os desvios de recursos públicos, são notórios tais fatos, denunciados com regularidade, não merecendo comentários adicionais, a não ser lamentar que pesquisadores, informados desses espúrios desenvolvimentos, preferam ignorá-los, em curiosa contradição com o alarido que produzem, quando a corrupção ocorre em outros espaços sociais.⁶⁴

Finalmente, sobre as famosas atividades “em educação”, objeto de delirantes comentários de acadêmicos desinformados, como antes citado neste artigo, caberia (mais uma) pergunta aos colegas pesquisadores da comunidade de agraristas: por quê não estudamos, de fato, os processos educativos conduzidos nas chamadas “escolas do Movimento”? Por quê, por exemplo, não existem estudos que demonstrem o aberrante processo de doutrinação de jovens rurais em tais escolas? Se forem atividades realmente meritórias, por quê o MST interdita a livre ação dos pesquisadores, quando estes procuram estudar aqueles processos presumidamente “educativos”?⁶⁵

(v) se os processos envolvendo as lutas sociais pela reforma agrária são, essencialmente, sócio-políticos, por que não nos debruçamos sobre as características políticas do Movimento, optando pela exaltação superficial sobre as “virtudes das lutas dos pobres do campo”, em postura populista que não produz conhecimento sobre a realidade social? Por que somos cientistas sociais e, ao estudar o MST, nos

⁶⁴ Mas a história condenará (se a Justiça não agir antes) os grupos de profissionais universitários, notadamente agrônomos, que fingem exercer atividades “técnicas”, supostamente responsáveis por cursos ou prestação de serviços em extensão rural, através, sobretudo, das famosas “cooperativas de técnicos”. Ao emprestarem seus nomes, permitindo o desvio de recursos públicos para as atividades políticas da organização, esses profissionais não apenas se desmoralizam, mas trazem sua contribuição para a igual corrosão dos espaços públicos e a permanência de um histórico de corrupção que nos infelicitiza desde sempre.

⁶⁵ O MST, operando dentro deste círculo de ferro doutrinário e dogmático, produz novos direitos para os pobres do campo e representa um real processo de democratização das relações sociais? Não parece ser provável, pois sob tal controle social, como esperar que se formem cidadãos que possam ser emancipar? Discuti tais aspectos em diferentes trabalhos (Navarro, 2002, 2005).

recusamos, talvez a maioria, a usar os nossos instrumentos de análise e nossos arsenais teóricos? Cito apenas dois exemplos desta aparente incapacidade:

(v.1) mantemos uma tradição analítica que estuda o tema dos “movimentos sociais” e, portanto, existe conhecimento consolidado para entender que o MST não é, nem remotamente, um movimento social e, sim, uma organização de nosso sistema político.⁶⁶ Desta forma, causa surpresa que muitos ainda se recusem a perceber esta realidade e analisem a organização como tal, o que introduziria ângulos inteiramente novos, além de lógicas internas, as quais precisariam ser explicadas por uma comunidade de pesquisadores, se esta fosse menos militante e mais dedicada ao seu ofício. Organizações têm estruturas formais, normas de funcionamento, carreiras, plano de salários, mecanismos decisórios, setores diversos, entre outros aspectos. Nenhum desses aspectos interessa à pesquisa sociológica?;

(v.2) causa igualmente um certo pasmo que, ao idealizar a “ação política dos mais pobres” sob o comando do MST, esta organização parece situar-se, na visão de muitos, *além e acima* do sistema político onde atua. O MST exige transparência e comportamento democrático em relação a todos os demais atores políticos, mas parece eximir-se do mesmo comportamento, construindo assim uma incoerência visível e, da mesma forma, desenvolvendo outras contradições políticas tão notórias (embora ignoradas pela pesquisa sociológica). Por exemplo, qual a legitimidade daqueles que se apresentam como líderes do Movimento? Se não se sabe sequer como foram escolhidos, em processos seletivos que precisam ser públicos (em ambientes democráticos), como aceitar sua legitimidade? Seja pelo ângulo da filosofia política, que exige um princípio moral para justificá-la e, assim, a organização, supostamente, poderia *reivindicar* legitimidade, seja pelo ângulo da ciência política, onde o MST, obviamente, não encontra qualquer legitimidade, pois implicaria em sua inserção sob um regramento seguido por todos os demais atores. Se a organização opta por um formato que se orienta pelo infantilismo leninista de aparência semiclandestina, qual é, de fato, a sua legitimidade e, sobretudo, daqueles que falam em seu nome? Mesmo uma alternativa teórica habermasiana, ou seja, uma vertente neomarxista que sugere uma (falsa) legitimidade derivada da construção do consenso pela via da democracia e da reforma social, assim camuflando uma ordem desigual, não se sustenta no caso brasileiro, em anos recentes. Ao mover-se, cada vez mais, para dentro do Estado brasileiro, utilizar em escala crescente os fundos públicos, torna-se inevitável que o sistema político exija do MST maior transparência e um ajustamento às regras de funcionamento democrático. Se assim não for, se torna impossível, politicamente, reivindicar qualquer legitimidade às suas ações e demandas. Não são estes temas próprios dos cientistas sociais? E por quê não são estudados?⁶⁷

⁶⁶ Os diversos trabalhos de Maria da Glória Gohn e Ilse Scherer-Warren, sobre os movimentos sociais (e os rurais, em particular), representam exemplos de Sociologia de imensa excelência acadêmica. Fundados na solidez de tais contribuições, é estranho que analisemos sociologicamente outros movimentos sociais, mas as reações sociais rurais que se organizam com tal parecem escapar às nossas preocupações propriamente sociológicas.

⁶⁷ Neste sentido, o recente imbróglio entre o Ministério Público Estadual, no Rio Grande do Sul, e o MST, revela tal faceta. Ainda que (supostamente) membros do MP possam ter tido a intenção de controlar e, talvez, até

CONCLUSÕES

“A sociedade, especialmente a moderna, se reproduz enganando-se continuamente. Esse engano é essencial para que ela se mantenha coesa e funcional. A Sociologia só tem sentido como produção de conhecimento sobre o engano socialmente necessário (...) Nesse sentido, a Sociologia não é o conhecimento alternativo e substituto, mas o conhecimento revelador (...) o conhecimento que revela tudo que na sociedade tolhe a emancipação do homem em relação à trama de relacionamentos que o aprisiona (...) De algum modo, a Sociologia é a ciência da esperança, porque em vez de ser conhecimento para o controle social, o mando e a obediência, só tem sentido como conhecimento para desvendar, ensinar, libertar” (José de Souza Martins, *in* Bastos, 2006, p. 155)

Este artigo pretendeu atender a quatro objetivos principais, explícitos ou subentendidos. Em primeiro lugar, problematizar frontalmente a herança marxista dominante que determina tão profundamente a produção do conhecimento sociológico sobre o “mundo rural brasileiro”. Sem pretender recusar a extraordinária contribuição de Marx, insiste-se, contudo, em reivindicar uma leitura mais refinada e completa daquele autor. O artigo procurou assim desconstruir, em alguma proporção, a visão dominante que se auto-intitula de marxista, quando analisando aqueles processos sociais.

Em segundo lugar, o artigo insiste que prospera entre considerável proporção dos membros desta comunidade acadêmica uma perspectiva primordialmente militante (insista-se, não científica), a qual marca ferreamente a resultante produção bibliográfica, assim tisonada pela presença de inúmeros dogmas e fantasias, situação que precisaria ser mais serenamente confrontada, ampliando-se os espaços de maior debate plural, sem condicionamentos prévios e, sobretudo, sem conclusões *ex-ante* delimitadas por condicionantes ideológicos. Este desenrolar acadêmico, no período contemporâneo, é ilustrado, ao longo do artigo, pela forma e a natureza sob a qual esta Sociologia analisa o tema da reforma agrária e de um ator social, o MST, sendo este o terceiro objetivo do artigo. Sob este último ângulo, insistiu-se, neste artigo, que a análise de tais temas são evitados de inúmeros equívocos de natureza ideológica, fruto da persistência nociva e anticientífica de uma Sociologia militante, o que freia a produção de conhecimento mais criativo, inovador e realmente capaz de interpretar os processos sociais nas regiões agrárias do país.

Finalmente, o artigo, ao dedicar-se a tais focos, procura fundamentar-se nas interpretações de um cientista social que se utilizou os ambientes empíricos rurais para produzir uma Sociologia que honra as Ciências Sociais brasileiras. Os

mesmo encurralar politicamente o Movimento, a grande pergunta posta pela refrega foi sobre a legitimidade de uma organização que recusa apresentar-se ao escrutínio público, em uma sociedade democrática, enquanto exige, em total contradição com sua própria estratégia, que os demais atores do sistema político sejam democráticos. E, ainda por cima (!), se pretende um ator com legitimidade social. O teatro do absurdo não faria melhor.

argumentos, reflexões e interpretações de José de Souza Martins, ao longo deste texto, procuraram não apenas substanciar os argumentos apresentados, mas, ao fazê-lo, procurei render uma homenagem a este autor e sua obra. Martins, herdeiro de uma tradição marxista que não se dobra a dogmatismos, tem chamado a atenção sobre as mais promissoras estratégias teóricas que Marx nos legou, para que possamos melhorar nossa sociedade. Adverte também sobre o trabalho acadêmico de nossos cientistas sociais, pois, cativos de processos históricos lentos, os quais catapultam formas de atraso enquistadas nas práticas sociais, inclusive as acadêmicas e intelectuais, retardam e distorcem nossas chances de desenvolver conhecimento mais amplo e inovador, ou seja, especialmente liberto das peias ideológicas de uma tradição passada.⁶⁸

A discussão sobre a reforma agrária e o MST, sinteticamente percorridos em uma breve seção final deste artigo, ilustram exemplarmente esses limites históricos, que repercutem tanto nos processos políticos quanto na produção acadêmica, assim nos alertando para a necessidade de maiores esforços analíticos, maior abertura teórica e, sobretudo, um esforço denodado para o confronto fraterno de idéias. Sem esses requerimentos, continuaremos a caminhar lentamente como produtores de conhecimento sobre a vida social rural em nosso país e a realidade, como tem ocorrido com freqüência, voará muito à frente daqueles que, por dever de ofício, deveriam ser os primeiros a ser capazes de interpretá-la.

É preciso acordar. Ou então, se resignar à irrelevância.

⁶⁸ José de Souza Martins tem argumentado incisivamente sobre o peso da "história lenta" na conformação das práticas sociais e no desenvolvimento de uma sociabilidade tão peculiar. Nossa história lenta, adverte Martins, resultou em "(...) *uma sociedade civil minguada, patrocinada pelo Estado, em vez de ser uma sociedade civil que propõe e administra o Estado politicamente. Foi o Estado que fez a nossa Independência e criou no Brasil o simulacro de uma sociedade civil (...)* Essa deformação responde pela extensa fragilidade da categoria "povo" em nosso país, como responde, também, pelo fato de que as minorias governantes governem contra a sociedade e não em nome dela. Esse problema decorre do fato histórico de que a sociedade brasileira foi edificada sobre escravidões, em que a maior parte da população não era povo, mas considerada em termos puramente econômicos como massa de semoventes condenados ao trabalho braçal. No período colonial, quem caminhava sobre os próprios pés, ou trabalhava com as próprias mãos não fazia parte do estamento dos homens bons, os únicos que podiam ocupar funções na res publica, nas câmaras municipais, o verdadeiro poder territorializado em tensa relação com a Coroa extraterritorial. As grandes mudanças sociais que tivemos foram poucas: na abolição da escravatura indígena, no Século XVIII, que anulou uma escravidão por outra; e na abolição da escravidão negra, em 1888, substituída por diferentes modalidades de servidão por dívida que, ao suprimir a linha racial do cativo, estendeu-o além da cor da pele e das raças. Essa terceira escravidão persiste, residualmente, até hoje (...)" (Entrevista ao jornal "O Onze de Agosto", maio de 2008, publicação do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Universidade de São Paulo). Sobre o peso cultural da escravidão, ver também o lúcido artigo de Comparato (2008).

“We will never cross this river” - The strange association between the power of backwardness slow history the “militant sociology” and the decline of the agrarian reform in Brazil.

ABSTRACT

The article devotes itself to four main objectives. Firstly, it critically problematizes the dominant view Marxism holds on the “agrarian question”. The argument insists that this discussion, in fact, does not exist in the work of Marx. The second objective emphasises the presence of a “militant Sociology” which influences a significant part of Social Sciences that studies rural social processes. This interference is criticised by the author. In order to demonstrate the distortion, the author, as third objective of the article, discusses the most relevant aspects around land reform and its social actor, the MST. Finally, the last and fourth objective is to support the discussion of the three former objectives using José de Souza Martins’ extensive academic output. He is regarded as one of the leading social scientists in Brazil.

Keywords: militant sociology; agrarian reform; Marxism in Brazil.

BIBLIOGRAFIA

- Abramovay, Ricardo (1992) *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Sao Paulo: Hucitec
- Altieri, Miguel (1996) *Agroecology: the Science of Sustainable Agriculture*. Boulder (Col): Westview Press
- Baptista, Fernando Oliveira (1998), “Marxismo e agricultura: A questão agrária de Karl Kautsky”, *in* *Vértice*, 85, julho/agosto, Lisboa
- Bastos, Elide Rugai *et al* (2006) *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34 (Entrevista com José de Souza Martins, p. 135-160)
- Bernstein, Henry (2002), “Land reform: Taking a long(er) view”, *in* *Journal of Agrarian Change*, 2(4), p. 433-463
- Brenneisen, Eliane (2004) *Da luta pela terra à luta pela vida. Entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro*. São Paulo: AnnaBlume
- Borras Junior, Saturnino (2007) *Pro-poor Land Reform: A Critique*. Toronto: University of Toronto Press
- Branford, Sue e Jan Rocha (2002) *Cutting the Wire. The Story of the Landless Movement in Brazil*. London: Latin American Bureau
- Buttel, Frederick H.; Larson, Olaf F, e Gilbert Gillespie (1990) *The Sociology of Agriculture: Contributions in Sociology*. Greenwood Press
- Buttel, Frederick H. e Newby, Howard (1980) *The Rural Sociology of the Advanced Societies. Critical Perspectives*. Londres: Croom Helm
- Comparato, Fábio Konder (2008), “Um débito colossal”, *in* *Folha de São Paulo*, 8 de julho, p. 3

- Conterato, Marcelo (2008), "Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura: uma análise a partir do Rio Grande do Sul". Tese (doutoramento), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS
- De Haan, Arjan (2001), "Social exclusion: enriching the understanding of deprivation". Washington: Banco Mundial (trabalho preparado para o "World Development Report 2000")
- Del Grossi, Mauro, e Gasques, J. (2000), "Estimativa das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos rurais no Brasil". Brasília: IPEA ("Textos para discussão", 741)
- Dodd, N (1994) *The Sociology of Money. Economics, Reason and Contemporary Society*. Nova York: Continuum
- Duggett, Michael (1975), "Marx on peasants", *in The Journal of Peasant Studies*, 2(2), p. 159-182
- Favareto, Arilson (2007) *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Editora Iglu/FAPESP
- _____ (2006), "Agricultores, trabalhadores. Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil", *in Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(62), p. 27-44, outubro
- _____ (2006a), "The rationalization of rural life", *in Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA, volume 2
- Fausto, Ruy (2007) *A esquerda difícil*. São Paulo: Perspectiva
- Fernandes, Bernardo Mançano (1999), "Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979-1999)". Tese (doutoramento), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- Fernandes, Rubem César (org., 1981) *Dilemas do socialismo. A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Forgacs, David (org, 2000) *The Antonio Gramsci Reader. Selected Writings 1916-1935*. New York: New York University Press
- Gereffi, Gary; Humphrey, John, and Timothy Sturgeon (2005), "The governance of global value chains", *in Review of International Political Economy*, 12(1), fevereiro, p. 78-104
- Goodman, David (1990) *Das lavouras às biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus
- Harnecker, Marta (2002) *Sin Tierra. Construyendo Movimiento Social*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores
- Holanda, Francisco Urribam Xavier de (2008), "O capital social e a política. Ações cívicas tecendo o desenvolvimento". Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFCe (tese de doutoramento)
- Huizer, Gerrit (1969) *O potencial revolucionário do campesinato latinoamericano*. México: Siglo Veintiuno Editores
- Ingham, Geoffrey (2004) *The Nature of Money*. Cambridge: Polity Press
- Kageyama, Ângela *et al* (1990), "O novo padrão agrícola: do complexo rural aos complexos agro-industriais", *in Delgado, Guilherme Costa et al (org) Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA (Série IPEA, 127)
- Leite, Sérgio e Ávila, Rodrigo V. (2007), "Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas", *in Revista de Economia Rural*, 45(3), p. 777-805
- Leite, Sérgio *et al* (2004) *Impactos dos assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da Unesp
- Mann, Susan e Dickinson, Charles (1978), "Obstacles to the development of capitalist agricultura", *in The Journal of Peasant Studies*, 5, p. 466-481

- Marques, Vicente P.M. de Azevedo (2007), "Aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil (2000-2005). Brasília: INCRA (não publicado)
- Martins, José de Souza (2008a) *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto
- _____ (2008b), "A nova face da questão agrária", *in* *O Estado de São Paulo*, 18 de maio, Caderno Aliás, p. J3
- _____ (2004), "Para compreender e temer a exclusão social", *in* *Vida Pastoral*, ano XLV, número 239, novembro-dezembro, p. 3-9
- _____ (org., 2003a) *Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da Universidade
- _____ (2003b) *O sujeito oculto (Ordem e transgressão na reforma agrária)*. Porto Alegre: Editora da Universidade
- _____ (2003c) *Reforma agrária. O impossível diálogo*. São Paulo: Edusp Editora (originalmente publicado em 2000)
- _____ (2003d) *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus
- _____ (2002) *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes
- _____ (2002a), "Exclusão fora de foco", *in* *Folha de São Paulo*, 15 de setembro (Caderno "Mais!")
- _____ (2001), "Dilemas de interpretação" *in* *Folha de São Paulo*, 25 de fevereiro (Caderno "Mais!")
- _____ (2001a), "'Mestre' Vitalino, popular art in the conformist imagery", *in* Tribe, Tania (org) *Heroes and Artists. Popular Art in Brazilian Imagination*. Cambridge (Inglaterra): Brazil Connects / The Fitzwilliam Museum, p. 50-53
- _____ (2001b) *O massacre dos inocentes*. São Paulo: Hucitec
- _____ (1998) *Florestan. Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp
- _____ (1996) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec
- _____ (1994) *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec
- _____ (1989) *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec
- _____ (1981a) *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec
- _____ (1981b) *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes
- _____ (1979) *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas
- Martins, Mônica Dias (2004) *O Banco Mundial e a terra. Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia* São Paulo: Viramundo
- Marx, Karl (1977), "The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte", *in* *Surveys from Exile*. Harmondsworth (Inglaterra): Penguin, p. 143-249 (Organizado por David Fernbach)
- _____ (1975) *Selected Correspondence*. Moscou: Editora Progresso
- _____ (1973) *Grundrisse (Foundations of the Critique of Political Economy. Rough Draft)*. Harmondsworth (Inglaterra): Penguin
- Maurer, Bill (2006), "The Anthropology of money", *in* *Annual Review of Anthropology*, 35, p. 15-36
- Medeiros, Leonilde S. (1996) *Reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo
- Moraes Silva, Maria Aparecida (2005), "Trabalho e trabalhadores no 'mar de cana e do rio de álcool'". São Paulo (manuscrito não publicado), 32p.
- Moyo, Sam e Yeros, Paris (2005) *Reclaiming Land*. Londres: Zed Press

- Navarro, Zander (2009), "Expropriating land in Brazil: principles and practices", in Doeninger, Hans; Bourguignon, Camille, e Moyo, Sam (orgs) *Land Redistribution: principles and practices*. Em via de publicação pelo Banco Mundial (Capítulo 10)
- _____ (2005), "Transforming rights into social practices? The Landless Movement and land reform in Brazil", in *IDS Bulletin*, January, p. 129-137
- _____ (2002), " 'Mobilização sem emancipação' - As lutas sociais dos sem-terra no Brasil", in Santos, Boaventura de Sousa (org.) *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 189-232 (também publicado em *Another Production Is Possible. Beyond the Capitalist Canon*, organizado pelo mesmo autor. Londres: Verso Editions, p. 146-178)
- _____ (2001), "Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro", in *Estudos Avançados*, 15(43): 83-100, Instituto de Estudos Avançados, USP
- _____ (1994), "Assentamentos rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo – o caso do assentamento 'Nova Ramada' (Rio Grande do Sul)". Relatório de pesquisa não publicado, setembro
- _____ (1987), "Introdução aos artigos de Mann e Dickinson e o comentário de Mooney", in *Literatura Econômica*, 9(1), p. 7-26, Rio de Janeiro, IPEA
- _____ (1981) "Capitalism and agricultural development in Brazil. The case of Southeast Bahia". Universidade de Sussex (Inglaterra), tese de doutoramento não publicada
- Neves, Delma Pessanha (1997) *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense
- Newby, Howard (1983), "The Sociology of Agriculture: Toward a new rural Sociology", in *Annual Review of Sociology*, p. 67-81
- (1980), "Trend report: Rural Sociology", in *Current Sociology*, 28, p. 3-109
- Oliveira, Arioaldo Umbelino de (2004), "Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo". Trabalho apresentado no "XII Encontro Nacional do MST". São Miguel do Iguazu (Paraná), janeiro
- Oliveira, Mauro Márcio (1999), "Qual o destino histórico do imposto territorial no Brasil?" Brasília (manuscrito não publicado)
- Pedroso, Maria Thereza Macedo (2003), "Agroecologia". Brasília, julho (disponível no endereço: www.assessoriaopt.org/agrario.htm)
- Rezende, Gervásio Castro de (2003) *Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade (co-edição UFRGS/IPEA)
- Santos, Raimundo (1999), "Camponeses e democratização no segundo debate agrarista", in Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Santos, Raimundo, e Luiz Flavio de Carvalho Costa (orgs) *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, p. 35--58
- Sassoon, Donald (1998), "Fin-de-siècle socialism: the united, modest left", in *New Left Review (I)*, 227, Janeiro-fevereiro, p. 88-96
- Silva, José Graziano da (2007), "Uma nova agenda para a reforma agrária", in *Valor Econômico*, 27 de junho
- _____ (1999) *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp (Instituto de Economia), Série Pesquisas, 1
- _____ (1987), "Mas, qual reforma agrária?", in *Reforma Agrária*, Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), 17(1): 11-60
- _____ (1981) *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec

- Shanin, Theodor (1985) *Russia as a 'Developing Society'*. Londres: Macmillan
- Sparovek, Gerd, e Maule, Rodrigo Fernando (2009), "Negotiated agrarian reform in Brazil: principles and practices", in Doeninger, Hans; Bourguignon, Camille, e Moyo, Sam (orgs) *Land Redistribution: principles and practices*. Em via de publicação pelo Banco Mundial
- Stédile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano (1999) *Brava gente*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo
- Teixeira, Gerson (2008), "O colapso do agronegócio e a agricultura do futuro", in *Valor Econômico*, 21 de janeiro, p. A10
- Therborn, Goran (2007), "After dialectics", in *New Left Review*, 43, Janeiro-fevereiro, p. 63-114
- Tribe, Keith (1978) *Land, Labour and Economic Discourse*. Londres: Routledge and Kegan Paul
- _____ (1976), "Ground rent and the formation of classical Political Economy: a theoretical history". Cambridge (Inglaterra), tese de doutoramento não publicada
- Tribe, Keith e Hussain, Athar (1981) *Marxism and the Agrarian Question: German Social Democracy and the Peasantry, 1890-1907*. Londres: Macmillan
- _____ (1981a) *Marxism and the Agrarian Question: Russian Marxism and the peasantry, 1861-1930*. Londres: Macmillan
- Valente, Ana Lúcia Eduardo Farah (2008), "Mas qual reforma agrária? Revisitando um inconcluso debate". Trabalho apresentado no XLVI Congresso da SOBER, Rio Branco, julho
- Veiga, José Eli da (2002) *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Editora Autores Associados
- _____ (1991) *O desenvolvimento agrícola. Uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec
- Villa, Marco Antônio (2001), "Reforma agrária reduzida", in *Folha de São Paulo*, 11 de fevereiro (Caderno "Mais!")
- Wood, Ellen Meiksins (2002) *The Origin of Capitalism. A longer view*. Londres: Verso Editions
- Zimmermann, Neusa de Castro (1989), "Depois da terra, a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo num assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul". Brasília: dissertação de mestrado em Sociologia, UnB